

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM ECONOMIA
POLÍTICA

SIMONE BARBOSA DE SANTANA SILVA

COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UM ESTUDO DE CASO JUNTO À COOPERATIVA DE
BADAMEIROS DE FEIRA DE SANTANA - COOBAFS

SÃO PAULO – SP
2015

SIMONE BARBOSA DE SANTANA SILVA

COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA:

**UM ESTUDO DE CASO JUNTO À COOPERATIVA DE
BADAMEIROS DE FEIRA DE SANTANA - COOBAFS**

Dissertação apresentado ao Programa de Estudos
Pós-Graduados em Economia Política da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
como exigência para obtenção de título de
Mestre.

Professor Orientador: Prof. Dr. Julio Manuel
Pires

SÃO PAULO – SP
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo

Silva, Simone Barbosa de Santana.

Cooperativismo e Economia Solidária: um estudo de caso junto à
Cooperativa de Badameiros de Feira de Santana-COOBAFS/ Simone Barbosa de
Santana Silva: orientador: Prof. Dr. Júlio Manuel Pires.

Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC,
SP, 2015.

1. Cooperativismo 2. Economia Solidária. 3. Cooperativas de Reciclagem.

SILVA, S. B. S. Cooperativismo e Economia Solidária: um estudo de caso junto á Cooperativa de Badameiros de Feira de Santana-COOBAFS. Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

DEDICATÓRIA

À minha família, com amor e gratidão, por sua compreensão, carinho e apoio ao longo do período de elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Jesus, pela dádiva da vida e por ter colocado em meu caminho pessoas especiais que me exiliaram em toda esta trajetória!

Aos meus familiares pelo apoio e amor incondicional, nesta etapa tão desafiante que estou vivendo. Em especial a minha mãe Lucy e aos meus filhos Ravelly e Heitor, que compreenderam minha ausência em busca de um futuro melhor para todos nós.

Aos meus tios e tias, em especial Gerusa e Dilton que me acolheram, pois sem a ajuda de vocês esse momento não seria possível.

Ao Prof. Dr. Julio Manuel Pires pela presença constante no processo de desenvolvimento deste trabalho e por toda a competência e seriedade com a qual conduziu a sua construção.

À Prof^a. Dr^a Regina Maria d'Aquino Fonseca Gadelha, que foi fundamental na finalização desta dissertação.

À Prof^a. Dr^a Elizabeth Borelli, a qual participou de minha qualificação pelo apoio e contribuições que foram primordiais para o andamento da pesquisa.

Ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que me forneceu não somente uma valorosa bagagem profissional, mas, também, a oportunidade de ser uma pessoa melhor e de olhar o mundo de uma forma mais madura.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão de mais essa etapa de minha vida, o meu MUITO OBRIGADA!

RESUMO

SILVA, S. B. S. **Cooperativismo e Economia Solidária: um estudo de caso junto à Cooperativa de Badameiros de Feira de Santana- COOBAFS**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

O crescimento do desemprego, juntamente com as modificações no mercado de trabalho e na própria organização econômica no Brasil e no mundo, está desencadeando um forte processo de expansão de novas formas de organização do trabalho e da produção. A Economia Solidária vem sendo amplamente apresentada e discutida, tanto no meio acadêmico como no ambiente institucional, como uma possível alternativa ao desemprego e à precariedade do trabalho, e tem o cooperativismo como um importante instrumento neste processo. Os catadores de lixo cooperativados, assim como outros cooperados, trabalham em prol dos mesmos ideais e unidos pelos mesmos objetivos, direcionando suas atividades para a satisfação das suas necessidades financeiras e pessoais, e da valorização do trabalho. Nesse sentido, o objetivo desse estudo é discutir o papel das cooperativas de trabalho na promoção da Economia Solidária, a partir de um estudo de caso realizado junto à Cooperativa de Badameiros de Feira de Santana (COOBAFS), identificando que benefícios econômicos e sociais esta organização proporcionou a seus associados. Foi realizada uma pesquisa analítica, conduzida sob a forma de um estudo de caso, com abordagem qualitativa. Os resultados demonstraram que a iniciativa apesar de enfrentar problemas relacionados à ausência de apoiadores externos e do governo local, vem conseguindo manter sua continuidade ao longo dos tempos, garantindo razoavelmente a sobrevivência de seus cooperados que, em sua maioria, recebem mensalmente até um salário mínimo, são mulheres e possuem o nível fundamental incompleto. Conclui-se que a iniciativa tem contribuído para possibilitar a retirada de seu público da marginalização econômica e do precarização de espaços e condições de trabalho, mas ainda precisa avançar de modo significativo para garantir a esses melhores condições de qualidade de vida e saúde, o que poderia ser resolvido, se houvesse na comunidade local, apoio efetivo das entidades públicas, na promoção da economia solidária, por meio de projetos que congregassem o apoio aos recicladores, que revelam um nicho de mercado a ser explorado no município, reservado ao descaso político.

Palavras-chave: Cooperativismo. Economia Solidária. Cooperativas de Reciclagem.

ABSTRACT

SILVA, S. B. S. **Cooperatives and Solidarity Economy**: a case study near the Cooperative Badameiros of Fair Santana- COOBAFS. Thesis (MS) - Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2015.

The growth of unemployment, together with the changes in the labor market and their own economic organization in Brazil and worldwide, is triggering a strong process of expansion of new forms of work and production organization. The Solidarity Economy has been widely presented and discussed, both in academia and in the institutional environment, as a possible alternative to unemployment and job insecurity, and have the cooperative movement as an important tool in this process. The cooperative garbage collectors, like other members, working for the same ideals and united by the same goals, directing its activities to meet their personal and financial needs, and the appreciation of the work. In this sense, the objective of this study is to discuss the role of labor unions in promoting solidarity economy, from a case study conducted by the Badameiros Cooperative of Feira de Santana (COOBAFS), identifying that economic and social benefits this organization provided to their members. An analytical survey was conducted, conducted in the form of a case study with a qualitative approach. The results showed that the initiative despite facing problems related to the absence of external supporters and local government, has managed to maintain its continuity over time, fairly ensuring the survival of its members which, in most cases, receive monthly up to one minimum wage They are women and have not finished elementary level. It is concluded that the initiative has contributed to enable the withdrawal of its public economic marginalization and precarious spaces and working conditions, but still need to take significant steps to ensure that these better quality of living conditions and health, which It could be solved if there were in the local community, effective support from public authorities, in promoting solidarity economy, through projects that congregassem support to recyclers, which reveal a niche market to be explored in the city, reserved for political neglect.

Keywords: Cooperative. Solidarity Economy. Recycling cooperatives

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferenças entre Empresa Solidária, Cooperativa Tradicional e Empresa Capitalista.....	23
Quadro 2 - Posicionamento das Associações de Reciclagem perante a sustentabilidade.....	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero dos Badameiros COOBAFS, 2015.....	68
Gráfico 2 - Faixa Etária dos Badameiros COOBAFS, 2015.....	70
Gráfico 3 - Estado Civil dos Badameiros COOBAFS, 2015.....	71
Gráfico 4 - Cor da Pele dos Badameiros COOBAFS, 2015.	71
Gráfico 5 -Grau de Escolaridade dos Badameiros COOBAFS, 2015.....	73
Gráfico 6 -Tempo de Profissão.....	74
Gráfico 7- Bens Patrimoniais.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil sociodemográfico dos badameiros COOBAFS-FSA, 2015.....	67
Tabela 2 - Perfil Econômico dos badameiros COOBAFS-FSA, 2015.....	75
Tabela 3 - Renda Mensal Média do Trabalhador.....	79
Tabela 4 -Renda Mensal Média do Trabalhador – Salvador.....	80
Tabela 5 -Da Realidade da COOBAFS.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CIS - Centro Industrial Subaé

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COOBAFS - Cooperativa de Badameiros de Feira de Santana

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

ONG - Organização Não Governamental

PAC - Projeto Alternativo Comunitário

SENAES - Secretaria Nacional da Economia Solidária

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIES - Sistema de Informação em Economia Solidária

UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNIFACS - Universidade Salvador

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 - ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO	18
1.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA - Conceito e Características	18
1.2 Histórico da Economia Solidária	24
1.2 Cooperativismo: surgimento e caracterização	29
1.2.1 Histórico do Cooperativismo	29
1.2.2 Natureza Jurídica das Cooperativas	32
1.2.3 Cooperativas de Trabalho	35
1.3 Economia Solidária e Cooperativismo	37
1.4 Reciclagem de resíduos sólidos como uma alternativa econômica	40
1.4.1 Conceito e Classificação dos Resíduos Sólidos	40
1.4.2 Reciclagem de Resíduos Sólidos como alternativa econômica	42
2 – GLOBALIZAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	47
2. 1 A Globalização e seus reflexos: contextualizando trabalho, renda e a exclusão social	47
2.2 Economia Solidária x Globalização.....	52
2.2.1 A Economia Solidária como alternativa às desigualdades e exclusão social e econômica expostas pelo Capitalismo	52
2.2.2 Economia Solidária x Globalização: um desafio político?	56
3 -A COOPERATIVA DE BADAMEIROS: ANÁLISE DOS RESULTADOS	63
3.1 A COOBAFS : Histórico da iniciativa analisada.....	63
3.2 Aspectos Operacionais.....	65
3.3 Sujeitos da Pesquisa.....	65
3.4 Análise da Iniciativa	65
3.4.1 Perfil sociodemográfico	66
3.4.2 Perfil econômico	74
3.4.3 Expectativas com a Iniciativa.....	82

CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
BIBLIOGRAFIA	89
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	98
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO	99
ANEXO A- Formas de Empreendimentos Solidários no Brasil por Estado em 2013.	102

INTRODUÇÃO

No contexto atual, uma nova forma de relações de trabalho que vem despontando no fortalecimento de iniciativas sustentáveis e de inclusão social é o segmento cooperativo, o qual, a partir da organização de força de trabalho e parcerias com outras empresas e organismos de fortalecimento às ações sociais, visam a promoção do desenvolvimento social de determinadas comunidades.

Esse novo arranjo, que vem se incluindo no contexto econômico, rege-se pelos princípios da autogestão e constitui uma nova modalidade de existência atrelada à economia solidária que, por sua vez, constitui-se em uma atividade econômica, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. (MORAES, 2011, p. 68). A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual, em cada cooperativa ou sociedade econômica. De acordo com Paul Singer (2005, p.10), o resultado natural desta forma de organização é a solidariedade e a igualdade de todos os participantes.

Tal atividade econômica pode ser também caracterizada como uma nova alternativa à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. E, ao mesmo tempo, constitui-se em um modelo viável de integração social, na medida em que outros aspectos tais como políticos, ecológicos e culturais das populações, são inseridos em sua visão multidimensional de promoção do desenvolvimento. (Ibidem, p. 114).

Segundo Walter Frantz (2012, p. 33), a economia cooperativa e solidária pode e deve resgatar o mercado, submetido aos grandes detentores de capital e regido pelo poder econômico, deixando muitas vezes o indivíduo livre. No mercado capitalista, o trabalho humano é subjugado ao capital, limitado às necessidades do capital. No mercado da economia cooperativa e solidária, o homem é estimulado à criatividade, à criação de bens e riquezas, que devem ser distribuídas de acordo com o seu trabalho.

Nesse sentido, como forma de tentar impulsionar o desenvolvimento social, muitos governos apoiados pela sociedade organizada e grupos de organizações não governamentais

tentam por meio de parcerias estratégicas, implementar as cooperativas, visando minimizar mazelas sociais como o desemprego e a desigualdade social.

Este estudo tem como objetivo geral discutir o papel das cooperativas de trabalho na promoção da Economia Solidária, a partir de um estudo de caso realizado junto à Cooperativa de Badameiros de Feira de Santana (COOBAFS), e pretende atender aos seguintes objetivos específicos: Relatar sobre a reciclagem de resíduos sólidos como uma alternativa econômica; e Identificar, a partir de um estudo de caso, que benefícios econômicos e sociais a COOBAFS proporcionou a seus associados e de que forma contribuiu para a promoção da economia solidária.

Dentre os diversos tipos de cooperativas, o presente trabalho dará ênfase à reciclagem de resíduos sólidos. Evidencia-se como benefícios resultantes desta atividade econômica, além da geração de renda para os cooperados envolvidos, a contribuição à saúde pública e ao sistema de saneamento; o fornecimento de material reciclável de baixo custo à indústria; e contribuição à sustentabilidade do meio ambiente, o que denota a relevância social para a abordagem desta temática.

Pelos dados apresentados, é possível identificar que as cooperativas representam uma espécie diferenciada de empreendimento, em que a formação e a gestão associativa é o valor que denota as relações existentes, sendo que atender a tais associados, a partir da articulação econômica do empreendimento, é o seu principal objetivo-fim. Motivo pelo qual as cooperativas têm sido importante ferramenta de apoio ao desenvolvimento social local e vêm sendo muito utilizada na arregimentação de iniciativas sustentáveis, por propiciarem não apenas a disseminação de novos valores na sociedade, como também de garantia de consolidação da melhoria de qualidade de vida de comunidades locais. (MORAES, *Ibidem*, p.68).

A relevância acadêmica, do presente estudo, reside na oportunidade trazida pela discussão levantada de ampliação e disseminação de pesquisas que tratem da temática proposta, além de propagar os riscos e benefícios que compõem a cooperativa de reciclagem no país. Podendo contribuir para maiores reflexões sobre o seu verdadeiro papel na

economia brasileira, não apenas juntos a estudantes, professores e profissionais da área de Economia, mas junto a sociedade em geral.

Avaliando estes aspectos, este estudo visa responder ao seguinte problema de pesquisa: De que forma a cooperativa de badameiros¹ de Feira de Santana (COOBAFS) vem contribuindo para a promoção da economia solidária da região na qual está inserida?

Este trabalho tem, portanto, como objetivo fazer uma breve discussão acerca do cooperativismo como alternativa da economia solidária. Busca-se, a partir de um estudo de caso realizado junto a uma cooperativa de badameiros, localizada no Estado da Bahia, identificar os reflexos do associativismo cooperativo no processo de geração de renda, sustentabilidade e qualidade de vida de seus assistidos.

Em relação aos aspectos metodológicos, o estudo em questão caracteriza-se como uma pesquisa analítica. Sobre esta, Cervo e Bervian (2007, p.37) enfatizam que são aquelas que envolvem o estudo e avaliação aprofundados de informações disponíveis na tentativa de explicar o contexto de um determinado fenômeno, podendo sua abordagem ser orientada a partir do contexto histórico, filosófico, revisão literária ou meta-análises estabelecidas no processo de pesquisa.

Quanto aos procedimentos de operacionalização dos dados, este estudo classifica-se como estudo de caso, uma vez que visa realizar uma abordagem geral em uma cooperativa de badameiros do Estado da Bahia.

O estudo de caso é um delineamento de pesquisa que permite a descrição e o aprofundamento sobre uma dada realidade social. Antônio Carlos Gil (2007, p. 54) o define como "estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, permitindo seu amplo e detalhado conhecimento.

Quanto à técnica de coleta de dados, utilizou-se a contribuição do questionário com questões abertas e fechadas (vide em Apêndice B). Gil (Idem, p. 42) enfatiza que o questionário é um instrumento de coleta de dados na qual o pesquisador prepara questões pré-

¹ Pessoa que cata ou separa lixo

definidas ou padronizadas, abertas e fechadas, e aplica diretamente ou não ao pesquisado visando coletar informações e também compará-las.

Para melhor entendimento da temática aqui apresentada, inicialmente este estudo foi precedido por uma pesquisa bibliográfica, a qual, segundo explicam Cervo e Bervian (Idem, p. 55), utiliza-se de referenciais teóricos publicados em documentos para explicar um determinado fenômeno.

Compreende-se então que a pesquisa bibliográfica é aquela que reúne observações, análises, teorias e estudos realizados que foram publicados por seus pesquisadores sobre determinado assunto ou fenômeno, e que são importantes fontes de informações científicas.

A análise dos dados é do tipo qualitativa, tendo em vista que o que a caracterizará será a interpretação dos dados à luz e objetivos do estudo. Para Gil (Idem, p. 53), a pesquisa qualitativa é aquela em que dados numéricos embora sejam evidenciados, não constituem o cerne da análise.

O estudo em questão atendeu aos critérios da ética aplicada à pesquisa conforme previsto pelo comitê de pesquisa institucional. Para realização e aplicação do questionário, todos os envolvidos assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, conforme apresentado no Apêndice A.

Para melhor compreensão, resolveu-se dividir o trabalho em quatro capítulos. O primeiro abordou a Economia Solidária e o Cooperativismo destacando-se seu surgimento e características, sendo posteriormente explanado de forma específica o papel das cooperativas de trabalho, que são objeto de análise do estudo em questão. No capítulo 2, foi realizada uma explanação sobre a Globalização e a Economia Solidária, sendo evidenciadas as relações existentes entre o processo capitalista e o papel desempenhado pela economia solidária no resgate aos cidadãos excluídos de espaços no campo do trabalho, bem com os entraves políticos que permeiam a consolidação dos empreendimentos solidários como atividade econômica no Brasil. O capítulo 3 apresenta a análise e discussão dos resultados da pesquisa realizada junto aos badameiros da COOBAFS, e por fim, as considerações finais do estudo.

CAPÍTULO 1 - ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO

1.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA - Conceito e Características

A Economia Solidária constitui um dos principais movimentos alternativos de geração de renda que surge em reação às contradições do modo de produção capitalista, em especial, a separação dos trabalhadores dos meios de produção e as consequências deste fato, como a submissão à exploração do trabalho assalariado, o desemprego etc. Tem por princípio a unidade entre o trabalho cooperativo e a propriedade coletiva dos meios de produção. (PITAGUARI, 2010, p. 22)

Muitos termos têm sido utilizados para designar a economia solidária, merecendo destaques a socioeconomia, economia popular, economia do trabalho, associativismo, cooperativismo, comércio justo, entre outros. (CATTANI, 2003, p. 25). No entanto, nem toda iniciativa pode ser considerada economia solidária, sem que atenda aos pré-requisitos necessários para ser assim tipificada. Conforme descreve Singer (2002, p. 10):

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade (...).

Nota-se pela característica apontada por Singer (2002) que a economia solidária se diferencia das economias capitalista e socialista, pois é um modo de produção alternativo ao capitalismo, em que os meios não são de um determinado dono e nem do Estado, mas são em comum de um grupo de pessoas que de igual modo exploram uma atividade na qual a posse e os usos dos meios de produção são socializados.

Contrapondo a ideia de Singer (2002), Quijano (1998) considera que o associativismo solidário não pode e não deve ser compreendido como uma alternativa ao capitalismo, pois para isso, falta-lhe vitalidade e viabilidade para tal feito, antes tal forma de economia representa

Um numeroso, diverso e heterogêneo conjunto de modalidades de produzir e consumir e reproduzir bens materiais e serviços, mais ou menos diferenciados da organização empresarial dominantes no mundo “contemporâneo” (p. 130)

Conforme expressa Quijano (1998, p. 130-135) o que de fato a economia solidária representa é um significativo movimento, que convive dentro do sistema capitalismo, estruturado, mesmo que (in)diretamente sobre seus pilares, que diante da redução de empregos e da crise do capital, teve que tecer alternativas contornáveis, para atenuar o desemprego, que surgiram principalmente junto as sociedades latinos americanas e cada vez mais se fortalecem devido a inexistência de oportunidades e ingressos para sobrevivência no âmbito econômico oficial. Constituem grupos excluídos do aparato do Estado em distintos momentos históricos e que se materializam face a suas incongruências. Dessa forma, não tem se pensar nem em revolução ou mesmo evolução econômica, mas sim em uma resposta ao desarranjos da economia capitalista que, chegando ao seu nível máximo de exploração, passa a ter a desertificação empregatícia e a desigualdade social como consequências. Contudo, não consegue este, garantir a sobrevivência da sociedade, deixando brechas para outras alternativas complementares, que se inserem dentro de sua dinâmica, a partir de modos diferenciados de exploração do capital. Diga-se assim, porque o capital não deixou de ser o molde da economia solidária, são empreendimentos que sobrevivem dentro do modelo de concorrência, sofrem suas sobrecargas dentro da economia e ao mesmo tempo perfazem as mesmas lutas das demais organizações dentro da economia global. A lucratividade continua a existir, mas dessa vez, desarticulada da mão de um rico burguês, para perpassar por diversas mãos, de seus diversos donos do negócio.

Tal pensamento é confirmado nas palavras de Wellen (2008, p. 111) ao expor que:

Atribuindo um sentido particular ao seu trabalho, os integrantes da ‘economia solidária’ podem se imaginar como trabalhadores autônomos quando, na verdade, estão inseridos numa relação direta de exploração. Vendem sua força de trabalho, mas são levados a se ver como imunes e superiores a essa relação de exploração.

Santos e Rodríguez (2002, p. 13-21), corroboram com a visão de Quijano (1998) ao exporem que a economia solidária não representam uma alternativa ao capitalismo, visto que, não tem como se dizer que há um novo modo de produção inserido no modelo econômico

atual, pois ainda não aprendemos a fazer uma economia funcionar tendo por base a generosidade, embora essas alternativas sejam importantes na condição de potencialidades emancipatórias.

Auferindo para si a possibilidade de atribuição interna de sentido ao trabalho, a proposta da ‘economia solidária’ suscita uma ruptura mistificadora com a unidade material entre os diversos trabalhos dentro do modo de produção capitalista. Esse posicionamento teórico nos remete a formas anteriores de organização da produção, nas quais as diferentes formas de trabalho ainda não estavam equiparadas numa só. (WELEN, 2008, p.111-112).

Para Quijano (2002, p.89-93), as regras que regem as cooperativas são as do mercado e do salário e o caráter de reciprocidade ou solidariedade operariam externamente às relações de trabalho, a partir da decisão consciente de seus membros. Essa consciência é refletida no grau de prioridade estabelecida pelos seus próprios membros a sua participação nesta forma de iniciativa. Isso pode ser exemplificado, na própria escolha ou continuidade na iniciativa, após uma situação de materialidade mais satisfatória. De fato o que se presencia, é que quando um participante tem a chance de um emprego assalariado, tende a se desligar do movimento, que funciona mais como uma válvula de escape temporária a situação de desemprego. Nesse sentido, o caráter voluntário da adesão às cooperativas fica comprometido em contextos de crise econômica nos quais as possibilidades de ocupação são reduzidas.

Reforçando esse pensamento Wellen (2008, p. 112) trata ainda a solidariedade como uma falácia no sentido real, isso porque

A solidariedade que é apresentada como uma qualidade que distingue essa proposta das empresas capitalistas serve, na verdade, muito mais como valor agregado à publicidade do que representa uma prática concreta. Observamos que, dessa forma, a utilização dessa qualidade como valor de troca é mais utilizada para alcançar maior quantidade de valores de troca do que para efetivar as qualidades subjetivas. A solidariedade passa a ser, nesse sentido, uma mercadoria tal como qualquer outra, usada para agregar valor econômico à empresa.

Na visão exposta acima pela autora, a solidariedade como “valor de troca” é apenas um elemento diferencial estabelecido no mecanismo de divulgação dos empreendimentos que se intitulam solidários, e tem essa realidade, como um chamamento para receber apoio diferenciado no contexto econômico. Na prática, os dilemas internos e o processo de

formulação de sua atividade, perpassaria por uma utopia de autogestão, no qual grupos mais informados teriam preponderantemente maior acesso aos mecanismos administrativos do que outros, fazendo-se nesse contexto uma estrutura de empresa capitalista disfarçada.

Para Godoy (2008, p. 09) essa percepção ocorre devido a se verificar que as experiências de economia solidária tem assumido diversas realidades, que por sua vez, são influenciadas pela realidade econômico e política dos locais a qual tais empreendimentos estão alocados. Buscando confirmar esse aspecto, a referida autora exemplifica, enfatizando que nos países ricos, as empresas solidárias normalmente constituem um movimento alicerçado na alta tecnologia e especialização de seus trabalhadores, tendo como resposta, uma maior competitividade no mercado. Por sua vez, nos países em desenvolvimento ou pobres, essa forma de economia surge de uma necessidade e ainda mais premente, a de poder sobreviver e se reproduzir. Nesse sentido, o solidarismo constitui uma saída, para aqueles que não tem mais nada a perder. E nesse aspecto é que a autora questiona, se nesta perspectiva seria de fato o solidarismo uma forma de transformação social mais ampla ou então um reflexo da ausência dessa emancipação? Já que quando não acompanhado por planos políticos e sociais, o caminho para estes empreendimentos é a estagnação.

De um modo geral, a economia solidária abrange distintas atividades econômicas, vinculadas ora à produção, à distribuição, ao consumo, à poupança e ao crédito, que se caracterizam principalmente pela organização coletiva e autogestionária. Tais empreendimentos pertencem aos próprios trabalhadores que são corresponsáveis pela direção e coordenação das atividades realizadas, compartilham entre si decisões de forma democrática e sobrevivem a partir do rateio pré-acordado das “sobras”, que representam o resultado positivo alcançado em determinado período. No modo capitalista elas representariam o lucro, que iriam retornar aos sócios e acionistas, no entanto, na economia solidária, esse retorna a todos os trabalhadores. Não se vê a presença de mais-valia nesse modelo de produção, e o excedente encontrado é repartido entre todos os envolvidos.

A Economia Solidária, segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária, SENAES (2015, s.n) possui as seguintes características:

- a) Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos

resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

b) Autogestão: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

c) Dimensão Econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

d) Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. (BRASIL, MTE, SENAES, 2015a, s.n.)

Compreende-se assim que a economia solidária constitui uma alternativa de desenvolvimento econômico e sustentável, no qual a geração de trabalho e distribuição têm uma proposta de cooperação e solidariedade a busca pelo resgate dos direitos igualitários dos envolvidos no processo produtivo, não havendo distinção de poderes, direitos e obrigações entre estes na atividade econômica, que tem por objetivo garantir a sustentabilidade econômica dos seus cooperados/associados.

Para a SENAES os empreendimentos econômicos solidários constituem organizações:

a) Coletivas e supra familiares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.

b) Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica.

- c) Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.
- d) Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.
- e) São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares. (BRASIL, TEM, SENAES, 2015b, s.n).

Já Pitaguri (2010, p. 52), observa os empreendimentos solidários a partir de uma visão benevolente, na qual, estes são visualizados com diferenças significativas não só em relação às empresas capitalistas tradicionais, como também em relação ao modelo cooperativo convencional, isso porque, independente da socialização dos meios de produção, seu objetivo é sempre comum, ou seja, evoca-se na solidariedade a oportunidade de ajuste mútuo dos direitos entre todos os associados/cooperados. Isso porque as decisões e bem como a forma de condução econômica da atividade é totalmente derivada de um acordo mútuo entre todos os envolvidos, preservando-se o direito de exploração da atividade, recebimento, bem como assistindo-se de forma igualitária a responsabilidade de todos para o sucesso do negócio.

No quadro 1 a seguir, são apresentadas as principais características e diferenças da empresa solidária em relação à cooperativa tradicional e à empresa capitalista:

Quadro 1. Diferenças entre Empresa Solidária, Cooperativa Tradicional e Empresa Capitalista

EMPRESA SOLIDÁRIA	COOPERATIVA TRADICIONAL	EMPRESA CAPITALISTA
Autogestão	Autogestão/ Cogestão	Heterogestão
Retiradas pré-acordadas	Retiradas proporcionais aos investimentos	Salário escalonado
Decisões democráticas (voto igualitário)	Decisões através da representação democrática	Decisões hierárquicas centralizadas pela diretoria
Ausência de Hierarquia	Hierarquia flexível (eleição de representantes)	Níveis sucessivos de autoridade
Participação diretiva efetiva	Participação direta /delegada	Alienação, absentéismo
Objetivo: a melhoria da qualidade de vida de seus associados	Objetivo: as vantagens da cooperação	Objetivo: Maximização da riqueza dos seus sócios
Solidariedade e colaboração	União de forças	Competição
Adesão: livre	Adesão: restrita à prática da	Adesão: detentores de capital

	mesma atividade da cooperativa	
Interesses: coletivos	Interesses: individual/coletivo	Interesses: individuais/mercantis
Resultado: sobra	Resultado: sobra	Resultado: lucro

Fonte: Pitaguari (2010, p. 52)

Para João Roberto Lopes Pinto (2006, p. 16), a principal contribuição desse modo alternativo de produção econômica não está apenas na sua perspectiva de geração e trabalho e renda, mas também nos novos significados que tal modalidade traduz para as relações de trabalho, demarcada pelo compartilhamento de objetivos e sentidos, solidariedade e, por fim, na produção de novas identidades pessoais e modos distintos de auto percepção. Isso porque, em geral, todos os colaboradores envolvidos na economia solidária advêm de um processo de exclusão capitalista, de marginalização e situações de precariedade econômica. É, por sua vez, a possibilidade de reconstituição do laço social e das identidades socioprofissionais, o grande mérito dessa proposta que surge trazendo consigo a inclusão social e um olhar mais atento a questões tais como sustentabilidade² e comércio justo. (KEMP, 2008, p. 32)

Em um sentido geral, apesar das controvérsias sobre seu real papel, não se pode negar que, pelo menos, como elemento de geração de renda, o solidarismo vem ocupando destaque na sociedade, tendo em vista, estar proporcionando, possibilidade de melhorias na qualidade de vida de seus assistidos, mesmo sabendo-se que nem em todos, a proporção de benefícios ocorre da forma adequada.

1.2 Histórico da Economia Solidária

A economia solidária é resultante de um processo de reconfiguração de alternativas econômicas surgidas em oposição ao capitalismo, que, apesar de ter raízes socialistas, vai além deste, na medida em que seu principal valor está na solidariedade e no reconhecimento de direitos mútuos entre os indivíduos. No entanto, para se entender como esta surgiu e consolidou-se necessário se faz voltar às raízes do socialismo utópico, principalmente nas contribuições de socialistas tais como Robert Owen e Charles Fourier. (PITAGUARI, 2010, p. 36).

²para Geraldino Carneiro Araújo et al. (2006) conforme numa nova forma de repensar a sobrevivência, econômica, social e empresarial pautada em ações que promovam o crescimento econômico e social respeitando o meio ambiente.

Em síntese, o “socialismo utópico” pode ser definido como um conjunto de ideias que se caracterizaram pela crítica ao capitalismo, todavia, pecavam pela ingenuidade e inconsistência. Em linhas gerais, seus defensores empenharam-se em propor projetos coletivos capazes de costurar um novo modelo de convivência e de sociedade, baseadas no trabalho cooperativo. A economia solidária resgata alguns dos princípios básicos em que se baseavam os utópicos do século XIX, mas é um projeto novo condicionado pela realidade atual, que ainda está em construção, e possui múltiplos matizes. (PITAGUARI, 2010, p. 36)

A ideia inicial de economia solidária deve-se a contribuições de Robert Owen, na Grã Bretanha, que criou alternativas de produção e geração de renda com a finalidade de propor uma solução para o reaquecimento da economia britânica, no período logo após a revolução industrial em meados do século XVIII, época considerada crítica e de elevados índices de desempregos causados pela inserção das máquinas no processo produtivo. (NEMOPUCENO, 2015, s.n).

Owen criou um modelo de produção cooperativa autogestionário, no Estado de Indiana, nos EUA. O respectivo modelo comunitário de produção era dividido em seis departamentos: agricultura, manufatura, literatura, ciência e educação, economia doméstica, economia geral e comércio. No respectivo modelo, Owen reproduziu ações que já realizava junto a seus colaboradores na Grã-Bretanha, no qual buscou implementar um modo de produção capitalista em que havia uma maior consideração aos trabalhadores, direcionando creches e estudos aos filhos de seus funcionários. Apesar do sucesso e de ter conseguido melhorar lucros e produtividade a partir da motivação de seus funcionários, que se sentiram mais assistidos no trabalho, tal tentativa não agradou ao governo britânico da época, que além de não concordar com a proposta de Owen, não aceitou seu pedido de inserção de um modelo de empreendimento cooperativo para atendimento das classes mais pobres. Assim, buscou o libertário Owen, em outro país, alcançar esta oportunidade, que acabou posteriormente fracassando, devido a problemas de gestão, ausência de decisões compartilhadas, visão empresarial ao invés de coletiva, insubordinação. Estes foram aspectos que contribuíram de forma decisiva para que a *New Harmony* (como ficou conhecido o empreendimento) não conseguisse êxito. (VIEIRA, 2005, p. 32-34).

François Maria Charles Fourier (1772-1837) foi um socialista francês da primeira parte do século XIX, nasceu em Besançon, na França e descontente com o modelo de produção capitalista passa a difundir no século XIX, uma obra doutrinária e teórica, propondo

um novo modelo de organização econômica na França, a partir de “falanstérios”, denominação utilizada para configurar as cooperativas nas quais proprietários, operários e capitalistas colocariam sua força de trabalho e propriedade em posse comum, recebendo ao fim do período o resultado da produção como prêmio de modo proporcional ao que foi investido. (HUGON, 1995, p.175).

Embora o pensamento cooperativo proposto por Fourier tenha apresentado maior solidez e organização que o modelo proposto por Owen, não houve significativo desenvolvimento do mesmo. Para Denis (2000, p. 372-373) isso deveu-se principalmente por ele basear-se em modelos de cooperativas especificamente agrárias, na qual a produção era constituída para a subsistência do Falanstério.

Embora na prática os primeiros modelos e traços discutidos pelos socialistas utópicos não tenham logrado êxito, estes contribuíram de forma significativa para identificar as primeiras manifestações de um modo de produção que veio mais tarde se consolidar no mundo, no momento em que ao pouco os resquícios negativos do capitalismo traçaram de modo impetuoso quadros críticos de desemprego e desestabilidade econômica.

No século XX, novos impulsos agravados com a crise de superprodução que ocorreu entre os anos de 1929 e 1932, fazem surgir a busca por novas alternativas de desenvolvimento econômico. Contudo, ainda nesta fase, uma contenção é observada, face ao pensamento econômico keynesiano, que, ao propor a intervenção do Estado, parecia encontrar um caminho plausível para garantir um equilíbrio no desenvolvimento econômico. Tal problemática contudo, não resistiu por muito tempo, sobressaindo-se na década de 1970 uma nova e grave crise, caracterizada pelo desemprego, fechamento de empresas e ressurgimento do ideal liberal (neoliberalismo). Tal conjuntura fortaleceu o aparecimento em massa das associações e cooperativas de trabalho em toda a Europa e estas visavam por meio da economia solidária promover a sustentabilidade, empregabilidade e geração de renda às classes desfavorecidas. (ROCHA et al., 2013, p. 103).

No Brasil, as primeiras experiências de economia solidária no Brasil surgiram no começo da década de 1980, a partir dos movimentos sociais em reação ao regime militar, como resposta ao descontentamento das classes pobres em face ao agravamento do

desemprego e exclusão social e a necessidade de se constituir alternativas capazes de garantir melhores condições de sobrevivência (SINGER, 2005, p. 201).

Dentre as alternativas desencadeadas na época, que assemelhavam a proposta da economia solidária, merecem destaques os Projetos Alternativos Comunitários (PAC's), desenvolvidos pela Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e que financiavam alternativas de desenvolvimento econômico para populações carentes, visando a inclusão social e sustentabilidade. No Nordeste, essas iniciativas contribuíram de forma significativa no apoio a comunidades rurais, que sofriam a problemática da seca e da falta de possibilidades de emprego diante também dos baixos níveis de escolaridade (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 13).

Outro exemplo de iniciativa vinculada à economia solidária, se deu a partir da constituição das cooperativas e grupos de produção associados, as chamadas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) que a partir da união entre professores, alunos e funcionários de instituições públicas, visavam atender grupos comunitários que desejavam trabalhar de forma cooperada, orientando-lhes e dando apoio técnico, logístico e jurídico. No país, a primeira ITCP foi criada em 1995 pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). (SINGER, 2002, p. 123).

No campo político, a consolidação das bases da economia solidária no Brasil se dá a partir da articulação de esforços entre as diversas entidades de apoio a iniciativas de economia popular e solidariedade, entre elas destaca-se o papel de apoio do movimento dos trabalhadores, e também do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GTBrasileiro). Os resultados desses esforços garantiram a realização do I Fórum Social Mundial (FSM) que ocorreu em 2001 em Porto Alegre, no qual se dá ênfase ao seu papel na maior visibilidade e atenção da sociedade civil e das universidades ao papel e relevância da economia solidária. Em 2003, é criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), bem como o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), que instituiu com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e posteriormente o Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do

Ministério do Trabalho e Emprego, sendo estes os principais organismos de apoio e acompanhamento dos empreendimentos solidários no país. (PITAGUARI, 2010, p. 91).

O Decreto 5063, de 8 de maio de 2004, estabeleceu as seguintes competências da SENAES:

- I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego;
- II - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;
- III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;
- IV - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;
- V - estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;
- VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;
- VII - contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;
- VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;
- IX - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;
- X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;
- XI - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais;
- XII - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo. (BRASIL, MTE, SENAES, 2015, s.n).

Nota-se pelas características que a SENAES é a principal responsável pela articulação, apoio e promoção da economia solidária no país, congregando entre suas atribuições a busca de oportunidades e medidas de financiamento, estudos e pesquisas que visem impulsionar essa modalidade de desenvolvimento econômico.

Atualmente, no Brasil, segundo dados do Sistema de Informação em Economia Solidária, do Ministério de Trabalho e Emprego, no último levantamento realizado, referente ao ano de 2013, foram identificados 19.708 empreendimentos econômicos solidários, sendo

6.018 representados por grupos informais, 11.823 associações, 1.740 cooperativas e 127 sociedades mercantis (vide anexo). Dentre os Estados com maior número de empreendimentos solidários, merecem destaque o Rio Grande do Sul (1.696), Pernambuco (1.503) e Bahia (1.452). (BRASIL, MTE, SIES, 2013, s.n).

1.2 Cooperativismo: surgimento e caracterização

A seguir foi feita uma breve apresentação dos principais aspectos relacionados ao surgimento do cooperativismo, assim como apresentadas as características jurídicas deste tipo de empreendimento.

1.2.1 Histórico do Cooperativismo

Embora a ideia de cooperativismo seja tão antiga quanto a humanidade, tal assunto só começou a ganhar destaque social após a Revolução Industrial, devido ao fato de que o contexto desencadeado pelo capitalismo liberal criou um cenário de embates entre os trabalhadores e a classe proprietária do capital, uma vez que o sistema privilegiava os que não trabalham e têm a riqueza, enquanto os que trabalhavam para fazer manter o sistema viviam na miséria.

[...] O movimento operário do princípio do século XIX era a consciência de classe e a ambição de classe. Os “pobres” não mais se defrontavam com os “ricos”. Uma classe específica, a classe operária, trabalhadora ou proletária, enfrentava a dos patrões ou capitalista. A Revolução Francesa deu confiança a esta nova classe; a Revolução Industrial provocou uma necessidade de mobilização permanente. Para se estabelecer o equilíbrio da sociedade é preciso uma eterna vigilância, organização e atividade do movimento – o sindicato, a sociedade cooperativa, ou mútua, instituições trabalhistas, jornais etc., faziam parte de um contexto em forma de mudança social que envolve a classe trabalhadora e encoraja a pensar em termos de uma sociedade totalmente diversa, baseada na sua experiência em suas ideias, em oposição às de seus opressores. Seria cooperativa e não competitiva, coletivista e não individualista a sociedade dos pobres. (HOBSBAWN, 1982, p.44).

A partir desta situação as ideias cooperativistas começam a ser fortalecidas e disseminadas, em diversos países, tais como Inglaterra, França, Alemanha, Suécia, entre

outros. Contudo, o marco referencial do movimento cooperativista é a experiência de Rochdale, uma cidade da Inglaterra, onde, em dezembro de 1844, numa reunião de 28 tecelões, respeitando os costumes e tradições, estabeleceu metas e normas para a constituição de uma cooperativa, que, por sua vez, transformou-se num dos maiores êxitos organizacionais da época. (FURQUIM, 2001, p. 22).

Gawlak relata (2001, p.18) que:

Após um ano de luta acumularam capital de 28 libras e conseguiram abrir as portas de um pequeno armazém cooperativo em Rochdale (Inglaterra), em 24 de dezembro de 1844 como nome “Rochdale Society Of Equitable Pioneers”

A grande contribuição dos pioneiros de Rochdale também estava na busca de princípios, eles apresentaram seu modelo de organização para que outros, caso desejassem, pudessem constituir similares e ainda ofereciam ajuda mútua no que fosse preciso. Segundo Furquim (2001, p. 25), os princípios adotados por Rochdale são:

- Adesão livre
- Administração democrática
- Retorno na proporção das compras
- Juro limitado ao capital
- Neutralidade política e religiosa
- Pagamento em dinheiro, à vista e
- Fomento de educação cooperativa

Observa-se pelos princípios que embasam a organização cooperativista que há uma preocupação em criar um empreendimento capaz de atender aqueles da sociedade que tivessem disponibilidade e interesse em ser associado, retirando-se limitações e criando condições favoráveis tanto para a adesão livre das pessoas, como também para se evitar o fracasso do próprio negócio, e isso pode ser verificado nos aspectos relacionados ao campo econômico, que envolve o pagamento em dinheiro à vista, e os juros limitado ao capital investido. Por outro lado, preocupou-se também com a busca por uma gestão coesa e de respeito à diversidade, quando se estabeleceu a neutralidade política e religiosa.

Outro ponto importante também constante nos princípios é o fomento à educação cooperativa, tal foi o elemento-chave na época para os associados poderem entender como se processa o ramo de negócio, bem como seus direitos e deveres.

Na opinião de Furquim (2001, p. 25), a forma de administração e a democrática forma de gestão foram um dos pilares para garantir a adesão de pessoas a esta nova forma de instituição que na época atingiu cerca de 30 mil associados.

Em 1852, surge a primeira lei que regulamentou o funcionamento das Cooperativas. “*The Industrial and Provident Societies Act*” e, com uma emenda elaborada dez anos mais tarde, assegurou à cooperativa a responsabilidade limitada e o direito a se federarem. Tal marco, além de consolidar o movimento das primeiras cooperativas que surgiam, acabou por impulsionar novos grupos de outras categorias profissionais a se organizarem também em forma de cooperativas. (FURQUIM, 2001, p. 26).

Em 1860, surgiu em Manchester o jornal “The Cooperator”, responsável pela propaganda dessas ideias, que acabou por influenciar outros países na concepção do movimento cooperativista. Assim é que na França, em 1867, se consolida o movimento cooperativista iniciado desde 1807, com a criação da Lei das sociedades de capital variável, datada de 24 de julho de 1867, que se referia às cooperativas como uma forma concreta e especial destes tipos de sociedade. (FURQUIM, 2001, p.26).

Para Pinho (2004, p.36), o marco inicial do movimento cooperativista brasileiro ocorre em 1847, quando o médico Jean Maurice Faivre fundou com um grupo de imigrantes europeus no interior do Paraná, a Colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas.

Contudo, conforme afirma Pereira (2009, p. 37) :

As organizações pioneiras de que se têm notícias como explicitamente cooperativas brasileiras foram concentradas em sua maioria nas de consumo e de crédito. A primeira cooperativa no Brasil, conforme indicam diversos autores, surgiu no ano de 1891, na cidade de Limeira-SP e denominou-se Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica.

Após esse período, o próximo marco na história do desenvolvimento cooperativista se dá em 1894, em Camaragibe, no Estado de Pernambuco, Carlos Alberto Menezes incentivou a fundação de uma cooperativa de consumo entre os operários da fábrica que possuía. Em 1897, é fundada a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista de Estradas de

Ferro, em Campinas (SP), e mais tarde, em 1911, os mesmos empregados da Companhia Paulista, fundam outra unidade da cooperativa em Jundiá-SP. (PINHO, 2004, p. 36).

No final da década de 1930 e início da de 1940, o interesse pelo cooperativismo na Bahia foi evidenciado pelo estímulo proporcionado pelo Governo de Landolfo Alves que criou o Departamento de Assistência do Cooperativismo.

Em 1944, ocorreu em São Paulo, o primeiro Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em comemoração ao centenário da Cooperativa de pioneiros de Rochdale. Na Bahia, é fundada a Organização das Cooperativas do Estado da Bahia – OCEB, em 16 de junho de 1970.

Apesar dos acontecimentos que incentivaram e marcaram o processo de constituição e evolução do cooperativismo no Brasil, é com a criação da Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que finalmente surge o primeiro dispositivo legal a tratar com melhores explicações sobre o conceito, constituição, responsabilidade, e dissolução de cooperativas. No entanto, uma ênfase maior é dada às cooperativas a partir da Constituição Federal de 1988 que dispõe, em seu artigo 5º, sobre a liberdade para a criação de cooperativas, relatando que estas independem de autorização legal para funcionamento, bem como a estas não é cabível a interferência estatal, cabendo à lei somente apoiar e estimular o cooperativismo e outras formas de associativismo.

Procurando elucidar mais esses aspectos introduzidos pela reforma legal que alcançou a partir da década de 70 as cooperativas, a seguir serão analisadas com mais detalhes as normas atinentes ao conceito e natureza jurídica desses tipos de empreendimentos.

1.2.2 Natureza Jurídica das Cooperativas

De acordo com a Lei nº. 5.764 de 16 de dezembro de 1971:

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV - inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI - quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;
- VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX - neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;
- X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços. (BRASIL, Lei nº. 5764/1971).

Nota-se pelas delimitações que as cooperativas são espécies de sociedades que congregam a união voluntária de pessoas em busca de atingirem em comum um objetivo fim, cuja administração e decisões são compartilhadas pela vontade da maioria dos seus associados. Neste sentido é que Martins (2005, p.82) define que a: “cooperativa é uma forma de união de esforços coordenados para a consecução de determinado fim”.

Embora no formato administrativo a cooperativa seja vista como uma organização, não é a ela cabível certos aspectos comuns a determinadas tipos de empreendimentos, isso porque, embora seja esta regida por um estatuto próprio, que outorga poderes, define objeto e objetivos sociais, este não é passível de mudança na existência de novas adesões de colaboradores, pois na realidade na relação existente entre cooperativa e cooperados não existe um âmbito objetivamente capitalista, mas tão somente de prestação de serviços, sujeitando-se estes apenas às regras já criadas e contribuindo de forma conjunta para novas que surgirem no futuro.

Por outro lado, a natureza jurídica própria descrita no artigo 4º da Lei 5764/71, citada acima, descaracteriza haver igualdade entre as cooperativas e as demais formas de sociedades, classifica a sua natureza como civil, tendo em vista elas serem formadas por pessoas e não por

capitais. Já de acordo com a nova redação dada pelo Novo Código Civil (Lei nº. 10.406/2002) a cooperativa é classificada como sociedade personificada simples.

Outro aspecto elencado por Furquim (2001, p. 28), é quanto ao fato de que estas são desenvolvidas e constituídas dentro de um processo legal, estando subordinadas ao código civil e sujeitas, portanto, à liquidação judicial e extrajudicial.

Quanto aos objetivos e ao papel designado pelos cooperados, a Lei nº 5764/71 deixa a seguinte exposição em seu artigo 3º: “celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.”

Percebe-se que na constituição de uma cooperativa há uma relação existente entre cooperados e a organização cooperativa, que se manifesta de forma voluntária, mas formal, já que o estatuto concebe a esta uma natureza contratual das obrigações contraídas entre cooperativa e cooperado, que ao realizar determinada atividade, sem fins lucrativos, é ao mesmo tempo usuário e sócio do empreendimento criado.

Quanto à classificação, podem ser adotados três critérios: da organização federativa, da forma de atividade e dos fins. Pelo critério da organização federativa a cooperativa classifica-se em singular, com o intuito de prestação de serviços aos associados, sendo constituída por no mínimo vinte pessoas físicas, admitindo-se excepcionalmente pessoas jurídicas. Além de singular, poderá ser a sociedade cooperativa central ou de federação, que é aquela constituída por no mínimo três cooperativas singulares visando a maiores possibilidades econômicas de persecução dos fins. Quanto à forma de atividade as cooperativas podem ser de consumo, de produção e de crédito.

Pelas informações apresentadas, é possível identificar que as cooperativas representam uma espécie diferenciada de empreendimento, em que a formação e a gestão associativa é o valor que denota as relações existentes, sendo que atender a tais associados a partir da articulação econômica do empreendimento é o seu principal objetivo-fim, motivo pelo qual têm sido estas importantes ferramentas de apoio ao desenvolvimento social e vêm sendo muito utilizadas na arregimentação de iniciativas sustentáveis, por propiciarem não apenas a

disseminação de novos valores na sociedade, como também de garantia de consolidação da melhoria de qualidade de vida de comunidades locais.

1.2.3 Cooperativas de Trabalho

As cooperativas de trabalho são espécies de sociedades constituídas por pessoas ligadas a uma determinada ocupação profissional, com a finalidade de melhorar a remuneração e as condições de trabalho de forma autônoma e representam um segmento econômico extremamente abrangente, pois os integrantes de qualquer profissão podem se organizar em cooperativas de trabalho. (MAUADA, 2000, p. 28).

Segundo Mauada (1999, p.28) as cooperativas de trabalho:

São as organizações formadas por pessoas físicas, trabalhadores autônomos ou eventuais, de uma ou mais classes de profissão, reunidos no exercício profissional em comum, com a finalidade de melhorar a condição econômica e as condições gerais de trabalho dos seus associados, em regime de auto-gestão democrática e de livre adesão, os quais, dispensando a intervenção de um patrão ou empresário, propõem-se a contratar e a executar obras, tarefas, trabalhos ou serviços públicos ou particulares, coletivamente por todos ou por grupos de alguns.

Pela definição exposta, fica claro que a Cooperativa de trabalho é aquela em que trabalhadores se reúnem, organizam uma forma de trabalho em comum e, visando melhorar suas condições econômicas, executam serviços e/ou oferecem produtos à sociedade de modo a garantir a própria sobrevivência.

No Brasil, esse tipo de sociedade, passou a ser reconhecida legalmente por meio do Decreto nº. 22.239, de 19 de dezembro de 1932, que assim as caracterizou:

Art. 24. São cooperativas de trabalho aquelas que, constituídas entre operários de uma determinada profissão ou ofício, ou de ofícios vários de uma mesma classe, e têm como finalidade primordial melhorar os salários e as condições do trabalho pessoal de seus associados, e, dispensando a intervenção de um patrão ou empresário, se propõem contratar e executar obras, tarefas, trabalhos ou serviços, públicos ou particulares, coletivamente por todos os por grupos de alguns.

Para Singer (2005, p. 10-12), as cooperativas de trabalhos são consequência das crises econômicas que demarcaram na sociedade o aumento do desemprego e da busca das pessoas por outras alternativas de sobrevivência, fazendo crescer assim a constituição de empresas associativas que dão apoio à mão-de-obra e oferecem oportunidade de renda, sem muita burocracia e ainda resguarda as proteções legais próprias.

De fato, estando o surgimento das cooperativas ligados a uma necessidade de promover adequada distribuição de capital, bens e serviços à sociedade, percebe-se que tal alternativa constitui uma reação aos desarranjos estruturais causados por esse modelo que, por sua vez, visam uma nova forma de pensar o desenvolvimento econômico, atrelado à noção de solidariedade e igualdade, que se relaciona diretamente aos princípios da economia solidária (SAUACEDO, NICOLAZZI JÚNIOR, 2001, p. 75).

Para Laville (1994, p. 21):

Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional.

Tal fato demonstra a relevância de seu papel para a promoção de uma melhor organização econômica, principalmente quando se verifica que uma das principais características desta atividade tem como objetivo a redução da marginalização e desemprego.

Nesse tocante, tem se percebido que grande é o número de organizações que vêm se constituindo em torno dessa nova economia e que caracteristicamente trazem em seu bojo iniciativas e perspectivas voltadas à preservação do ecossistema, passando a integrar-se dentro de movimentos em que diversos atores sociais conscientes de sua responsabilidade social e ao mesmo tempo almejando melhor engajamento de suas ações junto à comunidade, começam a dar apoio às associações de pessoas na busca por melhores chances de sobrevivência e melhoria de qualidade de vida.

Nesse sentido é que Martins (2005, p. 23) expõe que:

As ações de setores da sociedade civil organizada e do poder público vem tentando coibir ou remediar atividades predatórias ao meio ambiente, através de instrumentos legais e fiscalizadores de atividades infratoras, ou mesmo de incentivos e medidas educacionais, no caso de empreendimentos que preservem e melhorem as condições ambientais.

Por outro lado, não apenas medidas educacionais têm sido o principal alvo na promoção do desenvolvimento sustentável. Observa-se que o processo de articulação de iniciativas voltadas a este ímpeto não se concentram apenas na informação, como também em outras formas de validação desse desenvolvimento, buscando um consciente e integrado auxílio à sociedade, porque não se está apenas investindo em informação, mas transformando a informação em algo que gera resultados e desenvolvimento local.

De acordo com as ideias de Frantz (2012, p. 30), o cooperativismo contemporâneo se ocupa da economia dos interesses dos indivíduos, ou seja, expressa a economia dos interesses dos indivíduos e não do capital. A economia solidária expressa as necessidades dos indivíduos, estimulados pela solidariedade, pelo coletivo. O cooperativismo moderno parte do indivíduo, acolhido pelo coletivo. A economia solidária parte do coletivo para acolher o indivíduo. Ambas as práticas têm em comum a valorização do trabalho, porém, mais que isso, representam processos de produção de conhecimento, de educação e de aprendizagem.

1.3 Economia Solidária e Cooperativismo

O Cooperativismo é uma das principais estratégias atualmente inseridas no contexto econômico para o enfrentamento da exclusão de espaços que caracteriza cada vez mais o capitalismo globalizado e tecnológico no qual a sociedade está inserida. Isso porque, por meio de uma visão solidária, organizada por meio da sua autogestão democrática, buscam promover a redução das desigualdades sociais, assegurando inclusão social, incluindo-se o acesso a práticas mercadológicas e administrativas, ao passo que seu foco está nas pessoas e não no capital. (STHAL; SCHNEIDER, 2013, p. 150).

Segundo afirmam Morais e Lanza (2010, p. 6) o avanço do ideário cooperativista autogestionário ocorreu em momentos de crise do capital, notadamente em momentos em que a conjuntura econômica caracterizou-se por elevadas taxas de desemprego. Sendo um

processo pertinente a lógica do capitalismo, sua existência soaria como uma reestruturação da produção e gerenciamento organizacional com o intuito de recuperar a taxa de lucratividade já que, visando-se um reequilíbrio econômico, se tornou necessário investir em novos modelos de produção. (MORAIS; LANZA, 2010, p.6).

Ao comentar tais aspectos, Morais e Lanza (2010, p. 9) expõem que na conjuntura nacional do início do século XXI, em que há uma combinação de elevação da taxa de desemprego e desemprego estrutural, de precarização das condições de trabalho, de reformas trabalhistas que promovem a terceirização e a subcontratação da mão-de-obra, conseqüentemente com a ampliação da informalidade e do estímulo às estratégias de “empreendedorismo empresarial” em que o trabalhador passa a ser o único responsável pelo sucesso ou fracasso do seu novo-negócio, em que a classe trabalhadora no geral não está articulada em sindicatos combativos e que busquem a radical transformação a partir do capitalismo, a perspectiva cooperativista) tornou-se:

- a) uma via de sobrevivência para muitas pessoas que já estavam à margem do sistema produtivo capitalista (como por exemplo no segmento dos trabalhadores da coleta seletiva e reciclagem ou assentados rurais do programa de Reforma Agrária);
- b) um campo de formação de uma nova cultura, em que os participantes por livre adesão, rompem com a hegemonia individualista norteadora dos dias atuais, em que ocorre a adesão ao processo sócio-educativo oriundo da vida coletiva, da participação nas assembleias ou mesmo do contato com os profissionais (administradores, agrônomos, assistentes sociais, contadores, sociólogos, pedagogos, profissionais da saúde ...) que atuam nas políticas públicas de fomento e assessoria dos experimentos de economia solidária;
- c) um micro-espço de formulação de uma contra-hegemonia capitalista, que poderá vir a ser significativos para a instalação de um outro projeto societário, em que as relações sociais produtivas estejam subordinadas às demandas sociais e ambientais e não ao lucro individualizante e concentrador.
- d) uma estratégia a partir dos subalternizados, e não dos incluídos nos benefícios do lucro e da condição de estratos médios da sociedade, de possibilidade de mudança a longo prazo do panorama atual de descrença absoluta no ser humano e na sua capacidade de reflexão, mobilização e viabilização de novos projetos e utopias. (MORAIS; LANZA, 2010, p. 10).

Percebe-se que o ideário do Cooperativismo, no contexto da economia solidária, embora na prática possa ter desvios de objetivos, na teoria traduz uma perspectiva de reajuste aos desequilíbrios do contexto capitalismo e de inclusão, na medida em que reintroduz ao seio

econômico, aqueles que pela lógica da competitividade do contexto globalizado, já estaria predestinados à marginalização.

No contexto administrativo, sabe-se que na proposta de autogestão que caracteriza o cooperativismo, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Para Singer e Souza (2003), o que caracteriza a solidariedade nestes tipos de empreendimentos é o fato de que todos possuem igualmente os mesmos direitos e obrigações. (SINGER; SOUZA, 2003, p. 9).

Outro ponto importante é que as cooperativas, pela sua atuação em áreas geográficas delimitadas, não promovem a transferência de recursos gerados para outros estados ou países, recursos estes que geram o desenvolvimento da região. O cooperativismo tem proporcionado no país a tendência idêntica à de comunidades onde suas entidades sócio empresariais estão bem estruturadas, de o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – ser muito superior ao das de outras regiões onde não há cooperativas (STHAL; SCHNEIDER, 2013, p.151).

Para Santos (2011, p. 37), a principal contribuição das cooperativas de trabalho reside no fato de que estas geram benefícios não econômicos para os seus membros e para a comunidade em geral, e tal fato representa elemento fundamental para contrariar os efeitos desiguais da economia capitalista.

No Brasil, essas iniciativas vêm introduzindo novas perspectivas de desenvolvimento no campo produtivo, social e ambiental. No campo ambiental, merecem destaque as cooperativas de trabalho que operam com resíduos sólidos e que, ao mesmo tempo em que promovem a geração de renda, também despontam como veículos potencializadores do desenvolvimento sustentável. (CONCEIÇÃO, 2005, p. 107).

No entanto, muito embora os catadores de ruas, sejam responsáveis pelo grande volume de material reciclado no Brasil, a ausência de uma infraestrutura e política ambiental enérgica neste sentido contribui muitas vezes de modo negativo para o restrito crescimento dos empreendimentos cooperativos nessa área. (CONCEIÇÃO, 2005, p. 108).

A crítica principal relatada por Conceição (2005, p. 108) refere-se, infelizmente, a uma realidade presente em todo o país, a ausência de uma política que congregue abertura de

espaços aos catadores e que garanta a esses melhores alternativas para gestão e acompanhamento do negócio, o que tem ainda deixado brechas para o não fortalecimento do segmento. Existem ainda muitos deles que não trabalham sob a forma associada, os quais, sem ter noção da importância associativa, são alvos fáceis dos donos de indústrias que utilizam materiais recicláveis e acabam fortalecendo uma exploração que concorre negativamente para o próprio crescimento e fortalecimento das associações cooperativas, que em geral possuem uma pequena rede de compradores, muitos deles desleais, e que se aproveitam de períodos de maior facilidade, para barganhar por preços mais baixos os produtos, principalmente por saberem que a não venda prejudica a subsistência de todo o grupo.

Para Barros e Pinto (2008, p. 76), apesar das contradições vivenciadas pelo movimento cooperativo, a principal contribuição da escolha por essa forma de atuação junto aos catadores reside na proteção social e revalorização dada a identidade profissional desses indivíduos, que passam a ser incluídos como colaboradores e parte do processo de autogestão do empreendimento. A antiga opressão e marginalização, advinda da visão excludente do catador de rua, cede espaço a uma visão institucionalizada de uma atividade econômica, na qual o catador é parte integrante, sendo também valorizado.

1.4 Reciclagem de resíduos sólidos como uma alternativa econômica

Neste subcapítulo será feita uma breve apresentação do conceito e classificação dos resíduos sólidos, bem como de sua caracterização como alternativa econômica. Para tanto, o capítulo está dividido em duas seções, a primeira que trata sobre o tema conceito e caracterização dos resíduos sólidos e a segunda que aborda a reciclagem de resíduos sólidos como alternativa econômica.

1.4.1 Conceito e Classificação dos Resíduos Sólidos

A Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou

reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado).

No que refere ao conceito, resíduo sólido significa:

Resíduos, nos estados sólidos e semi-sólidos, que resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis, face a melhor tecnologia disponível. (BRASIL, 2004, p.07).

Quanto à classificação, Russo (2003, p.42-45) assim distribui os resíduos sólidos:

- a) Quanto à origem: resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais e resíduos hospitalares;
- b) Quanto às características: resíduos perigosos, inertes, e não perigosos.

Os resíduos sólidos urbanos podem ser classificados em: residenciais, comerciais, especiais, industriais e hospitalares.

Os resíduos residenciais ou domésticos são aqueles produzidos pelas famílias e constituem restos de alimentação e demais materiais utilizados para sua manutenção diária.

Os resíduos denominados de comerciais, são aqueles provenientes de escritórios e empresas, sendo caracterizados de acordo com o que é consumido no local.

Os resíduos especiais são aqueles que por suas características próprias necessitam de um tratamento e remoção especiais, a exemplo os entulhos de obras.

Já os resíduos industriais como o próprio nome diz, são aqueles decorrentes da atividade das indústrias, sendo assim caracterizados pelo tipo de produto fabricado por ela.

Quanto aos resíduos hospitalares são eles advindos da manipulação de elementos químicos diversos, sangues, restos humanos e da realização de demais atividades dentro do

ambiente hospitalar e é normalmente de caráter altamente perigoso, por estar sujeito à contaminação.

No que se refere às características, pode-se dizer que um resíduo é perigoso quando de alguma forma pode causar risco ou dano à saúde humana, tais como: explosão, infecção, irritabilidade, radioatividade etc. (RUSSO, 2003, p.44).

Quando um resíduo possui um grau de solubilidade insatisfatório, ou seja, sua possibilidade de dissolver é muito lenta, ou não alcança os padrões para ser caracterizado como algo facilmente solúvel, este resíduo é classificado como inerte. São exemplos de resíduos inerte: rocha, borracha, vidro etc. (RUSSO, 2003, p.45).

1.4.2 Reciclagem de Resíduos Sólidos como alternativa econômica

Na reciclagem dos resíduos sólidos, estes passam por transformações que possibilitem a geração de um novo produto. De acordo com a Lei nº 12.305/10, a reciclagem é um “processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos”.

Devido ao desemprego e à crescente valorização dos processos de reciclagem, os resíduos sólidos tornaram-se fonte de renda para muitos indivíduos marginalizados que não conseguem inserir-se no mercado de trabalho. Em resposta a essa crise, que envolve desemprego e exclusão social, esse tipo de atividade econômica vem constituindo uma forma eficaz para reduzir os índices de pobreza e miséria de várias comunidades do país.

Sobre este aspecto Martins (2005, p.23) informa que:

Seja por razões socioambientais, seja por razões econômicas ou políticas, a tendência histórica de descaso e negligência em relação aos resíduos industriais e domésticos tem dado lugar a um maior cuidado no tratamento desses resíduos, possibilitando a criação de nichos de trabalho, e de geração de emprego e renda para setores mais pobres da população urbana.

Nota-se então na conjuntura atual que a perspectiva de se obter resultados favoráveis à preservação ambiental deixou de ser uma atividade unilateral dos “verdes” para se tornar numa preocupação constante da sociedade. Tal aspecto deve-se principalmente em resposta ao processo de modernização vivenciado pela sociedade após a Revolução industrial, demarcado pelo exacerbado uso de recursos naturais sem a utilização de mecanismos de recuperação. Tal contexto de exploração trouxe consequências irreversíveis à sociedade, como degradações ao meio ambiente e extinções de espécies e de áreas verdes, repercutindo decisivamente no atual estágio de limitação ecológica e ambiental que a humanidade compartilha e caracterizado pela poluição e escassez de recursos naturais. Tais fatos fizeram com que a sociedade passasse a demandar uma nova postura diante dos processos de exploração das organizações, sobretudo visando a busca de práticas que estimulem a sustentabilidade. (OLIVEIRA, 2008, p. 29).

Embora ainda a busca pela promoção de uma economia mais sustentável não esteja ocorrendo de forma efetiva, é possível se verificar em todo o mundo, iniciativas que já tendem à realização de atividades e ações empresariais que priorizam o desenvolvimento sustentável. Um exemplo dentro do contexto da economia solidária está no segmento de cooperativas, principalmente aquelas que operam com resíduos sólidos.

Na opinião de Santos et al. (2011, p.14) deve-se exatamente às cooperativas de catadores de lixo um relevante papel no apoio à preservação ambiental. Isso porque além de proporcionarem o desenvolvimento social de seus cooperados, atuam também na sustentabilidade a partir do retorno econômico pela venda e/ou reaproveitamento dos resíduos sólidos.

Isso porque,

Considerando-se que o processo de reciclagem/aproveitamento se desenvolve a partir do sequenciamento de atividades e atuações de vários agentes, tendo, em um extremo, início no pós-consumo com a disposição adequada dos resíduos gerados e, no outro extremo, na utilização desse material na indústria, os “catadores” e as cooperativas de reciclagem representam um elo de grande importância na viabilização da utilização dos resíduos urbanos. Mais do que isso, ao assumir a existência de um mercado de reciclagem onde os resíduos sólidos passam a ser encarados como mercadoria, a atividade de reciclagem desses materiais pode ser vista como alternativa na geração de trabalho e renda, com repercussão direta na

inclusão “orgânico”, “socialmente responsável”, “selo verde” e “ambientalmente correto.”(MAKISHI; SILVA, 2010, p. 4)

Para Goldfarb, Grimbel e Tuszel, (2005, p. 25) as cooperativas de catadores de lixo são importantes instrumentos de inclusão social e preservação ambiental. Sua presença nas comunidades reforça o papel da coleta seletiva e, ao mesmo tempo, a possibilidade de uma nova oportunidade gerada pela iniciativa possibilita aos cooperados redescobrir seu papel econômico e a relevância de sua atividade para o meio ambiente.

Acrescentam ainda Makishi e Silva (2010, p.8) que a contextualização das cooperativas de reciclagem como veículo de desenvolvimento sustentável envolve uma abordagem interdisciplinar, na qual a gestão dos resíduos sólidos concorre para a promoção da sustentabilidade e seu papel pode ser visualizado sob aspectos ambientais, econômicos e sociais. Nesse sentido, o eixo de atuação da perspectiva atende não apenas a possibilidade de melhoria econômica das pessoas envolvidas, como também tem repercussão econômica local e potencial na promoção da preservação ambiental. Tais características são apresentadas no quadro 2 a seguir :

Quadro 2. Posicionamento das Associações de Reciclagem perante a sustentabilidade

Social (People)	Ambiental (Planet)	Econômico (Profit)
<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão de trabalhadores marginalizados sem oportunidade de colocação empregatícia formal. • Capacitação (quando devidamente assistida) dos cooperados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de redução na parcela de resíduos sólidos urbanos destinada a aterros ou acumulada de forma irregular • Viabilização de aproveitamento de matéria primas alternativas diminuindo a utilização de recursos finitos 	<ul style="list-style-type: none"> • Geração de renda. • Possibilidade de inserção e capacidade de negociação no mercado. • Diminuição dos custos públicos com a destinação de resíduos urbanos

Fonte: Makishi e Silva (2010, p. 8)

Quanto aos dados de beneficiários desta atividade, sabe-se que ele é cada vez mais crescente, e em 2008, representava cerca de 70.449 mil pessoas, estando nas regiões Sudeste (28.611), Sul (18.149) e Nordeste (13.897), respectivamente, os maiores índices de concentração de pessoas nesta atividade, que possuem uma perspectiva de rendimento mensal de até um salário mínimo (FREITAS; FONSECA, 2011, p. 23).

Observando-se o grande potencial que estes logradouros econômicos possuem para movimentação de renda e melhoria de qualidade de vida nos municípios em que estão inseridos, em 2010, o governo federal a partir do decreto n. 7.405, de 23 de dezembro, instituiu o programa pró-catador, com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento.

O referido programa tem por objetivo promover e integrar iniciativas voltadas à promoção, organização e estruturação do desenvolvimento da cooperativas de catadores de materiais recicláveis a partir das seguintes ações:

- I - capacitação, formação e assessoria técnica;
- II - incubação de cooperativas e de empreendimentos sociais solidários que atuem na reciclagem;
- III - pesquisas e estudos para subsidiar ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- IV - aquisição de equipamentos, máquinas e veículos voltados para a coleta seletiva, reutilização, beneficiamento, tratamento e reciclagem pelas cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- V - implantação e adaptação de infraestrutura física de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- VI - organização e apoio a redes de comercialização e cadeias produtivas integradas por cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- VII - fortalecimento da participação do catador de materiais reutilizáveis e recicláveis nas cadeias de reciclagem;
- VIII - desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à agregação de valor ao trabalho de coleta de materiais reutilizáveis e recicláveis; e
- IX - abertura e manutenção de linhas de crédito especiais para apoiar projetos voltados à institucionalização e fortalecimento de cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. (BRASIL, Decreto n.7.405)

A principal contribuição do Decreto n. 7405/ 2010 está no seu papel de fortalecimento das políticas públicas de fomento à categoria dos catadores de lixo, sua instituição congrega um momento de ressignificação e valorização a estes indivíduos, agora reconhecidos como categoria de profissional.

Apesar dos esforços atualmente existentes no apoio aos trabalhadores e empreendimentos solidários que atuam no segmento de reciclagem, ainda se faz necessário no país a constituição de medidas mais enérgicas que de fato apropriem o valor agregado que esta categoria promove para o desenvolvimento econômico e sustentável. Tal aspecto envolve também a realização de um processo integrado de conscientização da sociedade quanto à coleta seletiva e de uma mudança cultural relativa ao lixo e sua dispersão no meio ambiente.

CAPÍTULO 2 – GLOBALIZAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

2. 1 A Globalização e seus reflexos: contextualizando trabalho, renda e a exclusão social

Para Maurício Godinho Delgado (2007, p.32), a globalização caracteriza-se “por uma vinculação especialmente estreita entre os diversos subsistemas nacionais, regionais ou comunitários, de modo a criar como parâmetro relevante para o mercado a noção de globo terrestre e não mais, exclusivamente, nação ou região.” Nesse sentido, primeiramente a globalização estaria direcionada a uma ideia de mundialização e pluralidade das relações econômicas entre os diversos países, na qual realidades econômicas são “afetadas” e ao mesmo tempo são construídas novas identidades para o contexto social, político e cultural, na medida em que tal fenômeno passa a desdobrar-se dentro de tais dimensões, e o Estado, atendendo a suas diretrizes, passa, mesmo que vivenciando o dilema entre a promoção do bem-estar social e o capital, cada vez mais a ceder à mobilização do capital. Tal aspecto pode ser observado, principalmente na grande ruptura existente no contexto brasileiro, no qual a proteção social e o respeito aos direitos sociais têm ficado em segundo plano, deixando evidente e de forma implacável o ideário capitalista se sobrepor, trazendo consigo as desigualdades sociais, a marginalização de espaços sociais e de emprego e a limitação do acesso das populações à condições adequadas de qualidade de vida, saúde e trabalho.

Conforme cita Prado (2001, p. 2):

O conceito de globalização começou a ser empregado desde de meados da década de 1980, em substituição a conceitos como internacionalização e transnacionalização Originalmente, esta ideia era sustentada por setores que defendiam a maior participação de países em desenvolvimento, em especial os NICs (New Industrialized Countries) Latino-americanos e Asiáticos em uma economia administrada internacionalmente . Somente ao fim da década de 1980 e, particularmente, na década de 1990 é que o termo globalização veio a ser empregado principalmente em dois sentidos: um positivo, descrevendo o processo de integração da economia mundial; e um normativo prescrevendo uma estratégia de desenvolvimento baseado na rápida integração com a economia mundial.

Conforme cita Reinaldo Gonçalves (1999, p. 13) o fenômeno da globalização foi determinado pela onda de liberalização e desregulamentação que atingiu tanto os países desenvolvidos como os em desenvolvimento, podendo ser entendida como

a ocorrência simultânea de três processos: crescimento extraordinário dos fluxos internacionais de produtos e capital, acirramento da concorrência internacional e maior interdependência entre empresas e economias nacionais.

A globalização nesse âmbito teria suas raízes no processo de expansão do neoliberalismo econômico, atrelado ao desenvolvimento tecnológicos e a evolução do capitalismo junto a mercados financeiros. Tal contexto, não apenas caracterizou uma nova demanda para a economia, como se entrelaçou no ambiente produtivo e de regulação dos mercados e ao próprio papel do Estado, segundo Maurício Delgado esta

Propõe como linha geral, o redirecionamento da atuação dos Estados nacionais, de modo a garantir a estreita vinculação de suas economias ao mercado globalizado; propugna, por fim, pela mitigação das políticas sociais, inclusive trabalhistas, em favor do exercício cada vez mais desregulado do mercado de bens e de serviços. (2007, p. 44).

Percebe-se pelas considerações expostas acima que o neoliberalismo tem clara preferência pelo mercado econômico privado – em especial, o capital especulativo – favorecendo os objetivos restritos do capital e deixando em segundo plano os interesses sociais do trabalho. Tais características têm demarcado os principais pontos negativos do capitalismo, conforme aponta Gaiger (2008, p. 12), sua força explica-se “por sua indiscutível produtividade e sua velocidade de inovação, por sua capacidade de fazer ruir as estruturas de amparo da sociedade, de impor à coletividade a percepção daqueles que possuem interesse expresso no livre desenvolvimento capitalista”.

Cabe destacar que a globalização a qual estamos dando destaque é a econômica, decorrente de um processo contínuo e progressivo de realocação internacional da atividade produtiva e dos fluxos comerciais e financeiros, que se concentram cada vez mais na tríade dos países mais desenvolvidos (EUA, Japão e Europa Ocidental) e que ocorreram devido principalmente a respostas aos choques dos anos setenta e à falência do sistema monetário internacional que emergiu dos acordos de Bretton Woods. Essa nova realidade segundo Lauro Mattei (2006) pode ser relacionada aos seguintes fatores:

a) à terceira³ revolução tecnológica e ao desenvolvimento e difusão das inovações nas áreas de informática e de telecomunicações e pela

³ convém esclarecer que de 2006 até o momento atual, já perpassamos por duas revoluções tecnológicas, estando agora na quinta, também denominada conforme Conceição (2012, p.122) de revolução da informação.

emergência de um novo padrão produtivo e de gestão, tanto nas indústrias como nos serviços;

b) à adoção de políticas econômicas fortemente influenciadas pela ideologia neoliberal, ou seja, desregulamentação dos mercados, abertura comercial, privatizações, mudanças na legislação trabalhista, enfraquecimento dos sindicatos, etc.;

c) ao maior grau de liberdade para a movimentação de capitais, gerando uma crescente interdependência dos mercados financeiros globais e uma busca frenética por altas taxas de rentabilidade num curto período de tempo;

d) à ampliação dos fluxos de comércio e de informações, inclusive para os mercados anteriormente fechados;

e) à ampliação da atuação das empresas transnacionais através do deslocamento de plantas industriais e do processo de fusões e aquisições;

f) à intensificação dos investimentos diretos por parte dos grandes bancos e empresas dos países centrais, levando a uma crescente interpenetração patrimonial do sistema capitalista.

É importante esclarecer que as contradições da globalização não se restringem a um espaço, mas desencadeia-se cada vez mais na construção de blocos econômicos, no qual aqueles que possuem a riqueza tendem a dominar os que não a possuem. Isso se verifica dentro de uma visão macro, em uma visão micro pode ser observada essa mesma desigualdade, redistribuída dentro dos países nas diferenciações econômicas entre as classes sociais, que registram as disparidades atuais enfrentadas pelos Estados, principalmente junto aos países subdesenvolvidos.

Sobre a globalização, Sônia Padilha (2000, p. 1) expõe que sua análise é bastante complexa, e não deve limitar-se apenas a uma visão de seus aspectos negativos, isso porque, para muitos estudiosos, ela constitui um momento de revolução para a humanidade, que evoluiu significativamente após seu advento em termos de comércio, investimento e mão-de-obra. Mesmo que a exclusão seja uma consequência desse contexto, há aqueles que vislumbram que hoje tais aspectos são mais bem gerenciados que no século passado, quando as famílias eram submetidas à escravidão e ao desatino exacerbado das famílias da nobreza.

Ora, se a escravidão de fato acabou, porque ainda em vários lugares do mundo, existem crianças, homens e mulheres sendo traficados para trabalhar, ora em fazendas, ora na modalidade da escravidão sexual? Se, de fato, a realidade atual está melhor que a de tempos atrás, porque ainda o acesso aos espaços tem sido reservado cada vez mais aos donos do capital? Abrem-se as portas de teatros, shows, corridas de fórmula 1, por exemplo, mas no preço elitizam seus frequentadores. E que famílias irão estar presentes? O foco será a

burguesia, agora distribuídos entre: empresários, publicitários, funcionários públicos de alto escalão, fazendeiros bem sucedidos, modelos, apresentadores e jornalistas de destaque na mídia, com alto poder financeiro. O que revela que os traços da antiga divisão de classes acabam de forma singular estando ainda presentes na sociedade.

Na opinião de Santos (2000, p. 9-11) o diagnóstico da globalização resulta na marginalização econômica, já que, de certo modo, ela é uma estrutura criada e centrada dentro do Capitalismo, assim, apropria-se esta, de todas as suas mais perversas formas de constituição de desigualdades, embora nitidamente, camuflada, em uma “roupagem” de internacionalização, que parece contribuir para uma compreensão mais dinâmica da realidade e do papel das economias. Por sua vez, compreende-se, este papel a partir de fragmentações já constituídas, entre com maior e menor poder econômico, os que têm maiores chances e o que não têm, dentro de um mercado cada vez mais competitivo.

Outro aspecto comentado sobre os reflexos da globalização é o da marginalização dos espaços de trabalho. Isso porque, de um lado, a evolução tecnológica, ao integrar e facilitar tarefas, reduziu a necessidade de mão-de-obra humana em algumas áreas e inseriu novas necessidades em outras, mas com a dependência de uma qualificação, que em países subdesenvolvidos não existe em grande parte, motivo pelo qual são esses, que sofrem mais nitidamente com a falta de espaços para determinadas áreas. O resultado é o aumento do desemprego e da miséria.

Tal pensamento é o mesmo exposto por Santos (2000, p. 12) ao expor que:

os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela maisvalia globalizada. Um mercado global utilizando esse sistema de técnicas avançadas resulta nessa globalização perversa.

Assim, os temas do emprego/desemprego, bem como os diferenciais de rendas, ganham uma visibilidade cada vez maior nas diferentes sociedades. Mas é, sem sombra de dúvida, entre as nações não desenvolvidas que eles têm um apelo maior, tendo em vista que na tentativa de superar as condições de periferia do dinamismo mundial, estes países transformaram-se numa grande feira internacional de concorrência pelo oferecimento de mão-de-obra a custos decrescentes.

Sobre este aspecto Lauro Mattei (2006, p. 63) afirma que

Sabe-se que uma das melhores formas de se ter acesso aos frutos do desenvolvimento econômico é através da manutenção de uma ocupação produtiva. Mas é justamente no limiar do século XXI, quando a globalização econômica sofre novos impulsos, que o problema da ocupação ganha maior relevância, tendo em vista a grande quantidade de mão-de-obra que se encontra ociosa e engordando as estatísticas da pobreza e da miséria, formas reveladas de exclusão social.

Para Chossudovsky (1999, p. 66) a mão-de-obra barata é a saída providencial que estes países recorrem para vencer crises econômicas e o constante desequilíbrio da balança comercial desfavorável, já que, não atendendo a perspectivas de desenvolvimento industrial e tecnológico, negociam no máximo produtos agropecuários e de baixo valor, sendo dependentes de tecnologia e produtos mais elaborados dos países desenvolvidos, havendo uma contrapartida sempre negativa nessas aquisições. Por sua vez, a ausência de recursos e a baixa economia, bem como a ausência de políticas enérgicas para promoção da educação e tecnologia, acabem por manter o mercado de trabalho estagnado e sem chances de crescimento, delegando aos indivíduos em situação economicamente ativa, a busca por empreender ou envolver-se em atividades com remunerações menos favoráveis, como uma opção para garantia de sobrevivência.

Por outro lado, o papel dos Estados Nacionais vem sendo constantemente reformulado e questionado, sendo que, para muitos analistas, ele foi fortemente enfraquecido diante da globalização econômica. Essa fraqueza, em parte, deriva de sua incapacidade, tanto institucional como regulatória, de comandar os processos econômicos nacionais. Mas está, também, relacionada ao alinhamento acrítico da maioria dos governantes à ortodoxia neoliberal que, nas suas formulações mais recentes, vê o “Estado” como um impeditivo ao desenvolvimento econômico e político das sociedades.

Neste sentido, torna-se imperativo reconhecer que a globalização está dando origem a uma nova Divisão Internacional, cuja vertente mais explícita é a divisão do mundo entre nações e povos que se beneficiam dos resultados desse processo e aqueles que estão sendo colocados à margem pelo mesmo. Essa dicotomia se expressa de várias formas e pode ser percebida em diferentes setores econômicos e esferas da vida social. No âmbito do mundo trabalho, como vimos anteriormente, está em curso uma nova divisão internacional do trabalho, com impactos diretos sobre o volume de emprego e sobre os níveis de desemprego. (MATTEI, 2006, p.68).

No que se refere a estes impactos nota-se uma constante migração de trabalhadores para o trabalho cooperado e iniciativas que promovem a economia solidária, tal aspecto é o caminho encontrado por esses grupos de pessoas como alternativa para a sobrevivência, já que se encontram em estado de exclusão social, e diga-se de passagem uma exclusão social, que retransfigura outras facetas para o capitalismo, para a gestão política dos Estados e para a compreensão dos reais impactos da Globalização na sociedade.

Escorel et al., (2000, p. 113) enfatiza que essa exclusão social a que a sociedade atual esta imposta, não deve ser vista necessariamente como a ausência de um lugar social para um determinado grupo, ou grupos de indivíduos, mas sim a uma existência limitada de sobrevivência singular e diária, a qual estão sujeitos aqueles que foram atingidos diretamente pelos estigmatismos de classes e de escolaridades do capitalismo. Esses grupos, são aqueles que por sua vez, recorrem a formas de suporte estáveis materiais e simbólicos, que tem ressoado em uma nova economia alternativa, denominada de solidária. Que mesmo que não queira, tem raízes dentro das envolturas do capitalismo, sofre reflexos destes, e caminha pelas suas regras básicas da competitividade, muitas vezes utilizando suas roupagens administrativas, o que deixa muitas vezes interrogações sobre seu verdadeiro diferencial a anterior economia. Pela visão construída, a Economia Solidária, pode não ser de fato um novo repensar econômico, mas uma forma de viabilização de saída para os grupos excluídos.

2.2 Economia Solidária x Globalização

2.2.1 A Economia Solidária como alternativa às desigualdades e exclusão social e econômica expostas pelo Capitalismo

Para se discutir as possíveis relações existentes entre a economia solidária e a globalização, é prudente compreender primeiramente que a economia solidária surgiu na busca de reduzir os efeitos negativos da globalização sobre o mercado de trabalho, a exemplo da situação de insuficiência de renda das pessoas e o risco de desemprego. Contudo, tal aspecto não a torna solução para o mecanismo excludente da globalização. Isso porque, mesmo que não queira, seus empreendimentos são também vítimas do processo indomável da

exploração do capital, demarcado pela concorrência desleal, exploração do capital humano e ausência de proteção para entidades com menor potencial econômico-financeiro.

Em um sentido geral,

a economia solidária se apresenta como uma alternativa inovadora, que se preocupa em humanizar as relações econômicas com as necessidades sociais. Dela, em vários espaços geográficos do mundo, surgem práticas de relações econômicas e sociais baseadas em princípios que colidem frontalmente com os adotados pelo capitalismo convencional. O mesmo capitalismo que é capaz de vestir com retórica "modista", uma prática secular de criar diferenças sociais e econômicas intransponíveis e de segregar classes sociais menos favorecidas. A economia solidária busca, como princípio, em contraposição à globalização, propiciar a melhoria da qualidade de vida da humanidade mais carente por adotar práticas que se fundamentam na colaboração, na solidariedade e nos valores culturais, visando dotar o homem de criatividade tecnológica para, por si e para todos, dar ao gênero humano a condição de sujeito e finalidade da atividade econômica, do desenvolvimento social e do zelo ambiental. A economia solidária não pretende apenas organizar a produção e o consumo, mas, ir mais longe, por pretender evitar a contradição do sistema capitalista de gerar recessão na econômica global e de excluir do acesso aos benefícios da produção, as populações de renda e de consumo mais baixos. Ela deseja enraizar as atividades econômicas e sociais no contexto mais imediato das necessidades de bem-estar de todos, tendo o desenvolvimento local como marco de referência de sua ação, e a criação de redes de consumo conscientemente definidas com base em princípios solidários, sustentáveis e éticos, sem distinguir pessoas ou gêneros. (FERNANDES; MOREIRA, 2011, p. 1).

A economia solidária constitui-se como uma prática que envolve vários segmentos da sociedade e que se coloca como uma alternativa capaz de, em tempos de globalização, ser um instrumento que pode propiciar alternativas que de fato levem a redistribuir o acesso à renda, de maneira a estabelecer um maior equilíbrio entre as diferentes classes.

Um ponto crucial a ser tratado neste aspecto, é a nova reflexão traduzida para a questão social, no contexto da economia solidária. Para Castel (2005, p. 31) na nova organização política e econômica introduzida pela ES, o lugar do "social": desdobrar-se entre dois caminhos: restaurar ou estabelecer laços que não obedecem nem a uma lógica estritamente econômica nem a uma jurisdição estritamente política. "O social" consiste então, em sistemas de regulações não mercantis, instituídas para tentar preencher esse espaço. Seria então esse o caminho seguido pelos empreendimentos solidários.

Gaiger (2004, p. 15) esclarece que:

a economia solidária não se define necessariamente em oposição à economia capitalista que, por sua vez, tampouco determina invariavelmente ou esgota o sentido da economia popular, mas representa outra economia, antagônica ao caráter e ao lugar histórico subalterno que ambas, por razões diversas, reservam a quem vive do trabalho.

De um modo geral, para Gaiger (2004, p. 15) o segmento dos empreendimentos econômicos solidários surge em resposta às novas necessidades impostas pelo capitalismo emergente, na qual se observa um crescente número de homens e mulheres que perderam postos de trabalhos (e tentam buscar novas oportunidades), merecendo destaque também para aqueles grupos de indivíduos que devido a suas precárias condições de escolaridade e qualificação, nunca tiveram acessibilidade a uma ocupação ou acabaram sujeitando-se a precárias condições de trabalho e acabam por partir em busca de iniciativas que proporcionem melhores condições de vida e trabalho.

De forma mais clara

Esse tratamento leva a entender os empreendimentos solidários como expressão de uma forma social de produção específica, contraposta à forma típica do capitalismo e, no entanto, com ela devendo conviver, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista. No dias atuais, as inovações principais que a nova forma traz e mostra-se capaz de reproduzir concentram-se no âmbito das relações internas, dos vínculos mútuos que definem o processo social imediato de trabalho e de produção dos empreendimentos solidários. A economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento (GAIGER, 2003, p. 194).

Segundo Culti (2002, p. 2), o que temos visto, de maneira geral, é o aumento da instabilidade para os trabalhadores, pois as transformações tecnológicas próprias do processo de acumulação de capital mudam também o significado social do trabalho, à medida que imprimem um caráter provisório a muitos postos de trabalho e ocupações no processo produtivo e organizacional e, conseqüentemente, nas posições delas decorrentes, denotando ausência de perspectiva e lugar seguro na sociedade.

De acordo com Quijano (2002, p.87), longe de ser uma nova proposta econômica de transformação social, a econômica solidária é um movimento que surge como resposta aos

entraves do capitalismo para aliviar a exploração dos trabalhadores, seja também para moderar a relação capital/trabalho, contudo, analisando-se sua propagação percebe-se claramente que o que está em voga em sua atuação é a sobrevivência das classes oprimidas, e não necessariamente a construção de sistemas alternativos de produção.

Nesse sentido, percebe-se que a migração contínua de trabalhadores para apoiar iniciativas solidárias possuem raízes na busca de alternativas que possam mudar as perspectivas de vida. Contudo, resolver essa questão não é uma tarefa fácil. Como qualquer empreendimento, as próprias entidades solidárias deverão ser capazes de desenvolver habilidades necessárias ao bom andamento dos negócios, aspecto esse muitas vezes fragilizado pela sua composição inicial, já que, em geral, fazem parte pessoas que não possuem a qualificação adequada para lidar com processos de compra, atendimento a fornecedores, planejamento de gastos, controle de custos etc. (MYATAKE et al., 2013, p. 24).

Por esse ângulo, percebe-se que mesmo que se pense em solidarismo como uma nova alternativa econômica, seu processamento está centrado no processo capitalista, pois é neste mercado no qual esses empreendimentos operam, sendo vítimas dos seus reflexos, e em alguns casos potencialmente vulneráveis, já que não possuem, pelo menos no contexto brasileiro, como a maioria dos empreendimentos capitalista, capital e capacitação funcional adequada para lhe garantir um bom nível de competitividade.

Outro aspecto apontado por Souza et al. (2014, p. 6) refere-se à alta rotatividade ligada a esses empreendimentos, no qual muitas vezes, na busca de geração de renda imediata, muitos membros saem e iniciam com bastante frequência, dificultando o bom funcionamento da organização, visto que os colaboradores que são substituídos por novos trabalhadores necessitam de instrução para iniciarem seu trabalho, e esses treinamentos demandam tempo e reduzem a produção.

Para Sales (2001, p. 75) uma alternativa que poderia dirimir as principais dificuldades perpassadas pelos empreendimentos solidários seria a adoção de práticas gestacionais e a construção de planos de negócios ou de instrumentos que pudessem dar maior visibilidade às necessidades e à realidade do negócio, isso porque

É condição preliminar que eles sejam fortes, competitivos e demonstrem vocação para se expandir. Tudo isso coloca entre os principais desafios para o crescimento de uma economia solidária a criação e o aprimoramento de métodos e formatos de direção e gerenciamento de negócios que garantam a qualidade e a competitividade de seus produtos e serviços no mercado e, ao mesmo tempo, formas de organização e gestão do empreendimento que assegurem e promovam a autonomia, a democracia interna e o pleno desenvolvimento solidário e humano dos trabalhadores e de suas comunidades. (SALES, 2001, p.79).

No entanto, possuir habilidades gerenciais não é a única necessidade desses empreendimentos. Ter um espaço reconhecido como organização de apoio ao desenvolvimento econômico ainda é um dos principais desafios vivenciados por essas instituições, que, em geral, sobrevivem ao descaso do poder público dos locais em que estão inseridos. No tópico seguinte estas questões serão tratadas em maior profundidade.

2.2.2 Economia Solidária x Globalização: um desafio político?

O processo de desenvolvimento globalizado do capitalismo que vem gerando crescente desemprego e aumentando a concentração de renda, desigualdade e exclusão social, é inerente ao modelo de desenvolvimento capitalista, que vem apenas tomando novas formas em períodos históricos diferentes. Nesse sentido, se faz necessário pensar em políticas públicas e modelos de desenvolvimento que permitam reduzir as desigualdades sociais, possibilitando à sociedade usufruir das benesses proporcionadas pelos avanços tecnocientíficos, de forma mais equilibrada.

Na opinião de Praxedes (2009, p. 57):

Por ser política de desenvolvimento e voltar-se para um público historicamente excluído ou que progressivamente vem tendo ampliadas sua pobreza e exclusão social, a economia solidária demanda não só ações setoriais específicas, mas também ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas do governo e do Estado (educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras), para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e da sustentabilidade. Portanto, é necessário que esteja presente no cotidiano das ações de planejamento, execução e avaliação dessas diferentes áreas.

Na opinião de Praxedes (2009, p. 57), compreender a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento solidário pressupõe concebê-la com instrumentos e

ferramentas instituídos como direitos perenes dos trabalhadores e trabalhadoras e dever de um Estado republicano e democrático. No entanto, tal dimensão não é simples de ser explicada, até porque sua inserção no âmbito das políticas públicas vem ocorrendo de forma lenta, existindo ainda muitos entraves a serem dirimidos para que de fato contribuam de modo satisfatório para a sustentabilidade desses empreendimentos.

Segundo Roberto Silva (2011, p. 62-63), o movimento de economia solidária é bastante recente e começa a sua articulação durante o Fórum Social Mundial – no final da década de 1990, consolidando-se posteriormente com a criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, no ano 2001, nos Fóruns Sociais Mundiais realizados no Brasil. Em 2002, foi realizada a Primeira Plenária Brasileira de Economia Solidária, com a elaboração de uma Plataforma Nacional de Economia Solidária. No ano seguinte, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), fruto do esforço político conjunto de uma série de organizações, que atua na economia solidária.

Para Valmor Schiochet (2009, p. 58), a economia solidária configura uma proposta socializante e democrática dos movimentos sociais para a “questão social”, surgidos na década de 90, após a derrota do projeto democrático popular em 1989, o qual teve como principal característica o descenso da luta de massas, a desmobilização e a fragmentação do movimento sindical e dos movimentos sociais. No âmbito da ação do Estado, as exigências da crise da acumulação do capital significou a implementação de políticas explícitas de crescente transferência dos recursos públicos para o sistema financeiro e conseqüente redução da responsabilidade pública para a questão social. Então, aquilo que se chamou de “Estado mínimo” nada mais foi do que um Estado máximo para o capital, na sua capacidade de transferência de recursos públicos da sociedade para um determinado setor da economia, mais estrangeiro do que propriamente nacional, e mínimo para atender aos direitos do povo e prover a nação de um projeto de desenvolvimento.

Nesse âmbito, o desenvolvimento e apoio a perspectivas sociais soou como uma tentativa de estabelecer diretrizes iniciais para se voltar a incentivar a questão social, mas tais projetos se de um lado traziam em seu bojo alguma alternativa confortante, do outro não possuíam a sustentação necessária para que esses empreendimentos pudessem ter vigor e

continuidade. Observa-se que essas questões ainda continuam sendo os principais “fantasmas” que perambulam sobre as gestões dos empreendimentos solidários no país.

Outras iniciativas contribuíram para arregimentar as instituições assim formadas por meio desse novo modelo de desenvolvimento econômico, tais como a nova lei para o cooperativismo, ainda não votada – a lei do cooperativismo em vigor no Brasil é de 1971, bem como as propostas alterações na Lei no 8.666, que não privilegia o acesso da economia de base local nas compras pública, bem como a participação de muitos estados e municípios no fomento a tais iniciativas, como é o caso da Bahia, que vem desenvolvendo ações importantes de fomento à economia solidária, devido à constituição de um fundo estadual de combate à pobreza. Este fundo vem possibilitando, entre outras iniciativas, a implantação de mais de uma dezena de incubadoras públicas de economia solidária no estado. (PRAXEDES, 2009, p. 59).

Um segundo avanço foi conquistar na Lei Federal nº 11.448/2007 a inclusão das sociedades cooperativas na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, instrumento legal que cria facilidades no acesso às compras, reguladas pela Lei nº 8.666, avanços estes que, contudo, são ainda insuficientes. Outros programas ou fundos em nível federal vêm apoiando as iniciativas de economia solidária, como o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). (PRAXEDES, 2009, p. 59).

No entanto, uma crítica que vem sendo direcionada aos empreendimentos solidários é o fato de não haver uma política integrada que reforce a assistência ao desenvolvimento dessas iniciativas. Verifica-se o crescimento de forma desigual, havendo regiões onde há acompanhamento e outras que não o fazem, havendo ainda iniciativas que vivem na informalidade total de suas operações, o que dificulta ainda a visibilidade do empreendimento para a comunidade a qual está inserida.

Ora, se a economia solidária é visualizada como uma política de desenvolvimento, não deveria estar relegada às políticas de cunho assistencial ou compensatório, mas inserida nas estratégias emancipatórias do país de modo mais enérgico, com apoio legal e com mais espaço no plano político de ações governamentais do país.

Mas a ideia de tornar “legal” a política de economia solidária por si só também pode ser ingênua. Em si não é a lei (texto formal) que cria direitos e deveres. A lei somente se tornará ação viva caso a economia solidária apresente força política para exigir a permanência das iniciativas em curso. E esta força depende, por sua vez, da força ético-política originária das alianças e compromissos entre a economia solidária e demais sujeitos e lutas emancipatórias. Nesta força reside a perspectiva de que a criação de novas institucionalidades signifique a afirmação de novos valores e de novas bases para o processo de desenvolvimento (SCHICHET, 2009, p. 59).

Em um sentido geral, percebe-se que a economia solidária no Brasil, embora já tenha conseguido acumular várias conquistas ao longo dos tempos, ainda enfrenta muitos desafios à sua construção enquanto política pública, dos quais destacam-se:

- a) Cada vez mais a gestão da política pública deve ocorrer de forma a privilegiar a participação e controle social. Garantir a participação dos sujeitos sociais e políticos seja na sua formulação, no desenvolvimento, no monitoramento e na avaliação das políticas, visando a sua ampliação e aperfeiçoamento constante.
- b) É fundamental a criação de mecanismos mais eficientes de repasse de recursos para os municípios. Os mecanismos existentes, muitas vezes, contribuem para criar descontinuidade. Precisamos encontrar soluções mais eficientes.
- c) Ampliar a criação de legislações locais de fomento à Política Pública de Economia Solidária e criação da Lei Geral no nível federal. É fundamental evoluir na elaboração de uma legislação que favoreça a constituição de um sistema, próprio ou integrado a outros sistemas de fomento à economia solidária.
- d) Definição de marcos legais específicos que possibilitem aos empreendimentos econômicos solidários (EESs) fornecer bens e serviços ao Estado. Uma das ações inseridas nessa estratégia é a necessidade de alteração da Lei no 8.666, a lei das licitações.
- e) Apoio à organização de novas cadeias produtivas e ao fortalecimento das já existentes do campo da economia solidária.
- f) Tecnologia social enquanto inovação em determinadas políticas setoriais, a exemplo da educação, com metodologia que aproxima os trabalhadores e trabalhadoras da escrita e leitura e facilite a apropriação dos instrumentos básicos de gestão; nos processos de incubação, de autogestão, de formação continuada.
- g) Constituição e formação continuada de equipes próprias do quadro do funcionalismo público para atuar nesta área.
- h) Ampliar a implementação de equipamentos públicos como as incubadoras públicas, centros públicos, centros de comércio, como forma de apoio, acompanhamento e contribuição ao processo de sustentabilidade dos EESs.
- i) Garantia de acesso e permanência de investimento, através de fundos públicos para a economia solidária. (PRAXEDES, 2009, p. 61)

A partir dos relatos de autores, percebe-se que se de um lado houve uma evolução na constituição de ações de valorização e de legalização dos empreendimentos solidários, como é

o caso das cooperativas, ainda é incipiente, no plano político, a força das estratégias de incentivo e fomento ao seu crescimento. Estas, por sua vez, perambulam entre os estados e municípios brasileiros de forma fragmentada e refém da vontade política e de interesses de outros organismos parceiros, o que muitas vezes dificulta a continuidade dos programas de capacitação e apoio a seus associados.

Essa insegurança e ausência de apoio efetivo tem tornado muitas vezes esses empreendimentos frágeis em sua gestão, notadamente pelo constante número de entrantes e desistentes.

Analisando-se o panorama geral da ES solidária no Brasil, percebe-se que são incontáveis as dificuldades que devem ser enfrentadas para que o movimento continue crescendo, sem deixar para trás seus princípios ideológicos. Nesse tocante, a ausência de um adequado apoio e estrutura para seu funcionamento nos municípios, é o principal entrave.

Na opinião de Tauile (2000, p. 41), os principais obstáculos para a sustentabilidade da Economia Solidária são: a estruturação da comercialização; a manutenção da consistência ideológica; a organização e políticas públicas de incentivo; e a contribuição técnico-científica.

Em relação a Estruturação da Comercialização, a principal problemática está no fortalecimento das redes de economia solidária, cuja existência poderia favorecer uma maior eficiência coletiva entre os grupos, já que estes, poderiam obter ganhos significativos em parcerias comerciais e no estreitamento de laços com sua cadeia produtiva. (TAUILE, 2000, p. 42).

Sobre esse processo Lisboa (2000, p. 49) menciona que a ES não está vocacionada para ser um subsistema fechado ao seu elo solidário, e o fato de esta vincular-se a sua rede, não significa prioritariamente que ela não pode estabelecer alianças econômicas com outras empresas fora dessa rede.

Outro obstáculo que precisa ser superado é a dificuldade de obtenção de crédito. Por possuir, em geral, pouca injeção de capital, a real possibilidade de conseguir crédito alavancaria em muito o movimento. Tauile (2000, p. 43) também enfatiza essa importância:

“O desenvolvimento de mecanismos eficientes de crédito para apoiar as iniciativas de autogestão (...) pode ser considerado decisivo para que o sucesso deste tipo de empreendimento implique perspectivas de expansão estrutural mais significativas no longo prazo”. Nesse tocante, embora existam algumas entidades não-governamentais que possuem atividades isoladas de “bancos populares”, no qual o governo vem procurando dar apoio, as atuais soluções de microcrédito são muito pontuais e de pequena escala.

Outro ponto dentro da área de comercialização está na conquista dos consumidores. A luta aí é pela conscientização e mobilização da sociedade para o consumo solidário, isto é, o consumo prioritário de produtos provindos de organizações solidárias. O movimento da Responsabilidade Social já vem desenvolvendo esse tipo de prática há algum tempo, promovendo o consumo responsável. A formação de redes solidárias seria, certamente, um passo importante para a realização dessa ideia. (TAUILE, 2000, p. 46).

Quanto ao segundo desafio: Manutenção da consistência ideológica, verifica-se uma preocupação dos defensores do movimento da Economia Solidária quanto à fidelidade aos preceitos e isso envolve que ela venha ser capaz de operar distanciando-se do fragmentismo de classes do capitalismo. (TAUILE, 2000, p. 59). Compreender isso, não é sempre fácil, tal aspecto para Lisboa (2000, p. 97) está longe de ser resolvido, já que mesmo que se reforce as formas de gestão, a questão da forma de contratação de pessoas, ainda é um lado conflituoso nestas formas de empreendimento, que tendem em geral ao Cooperativismo.

Por conseguinte, a organização de políticas públicas de incentivo envolvem a problemática vivenciada por essas organizações no plano governamental. A ausência de tal apoio é visto como negativo, e como um dos elementos inibidores para seu desenvolvimento. Por outro lado, no contexto da contribuição técnico-científica, se verifica a fragilidade dos membros desses movimentos, que em geral, não possuem conhecimentos e capacitação profissional adequada para apoiar a própria iniciativa da qual participam, diminuindo assim, as chances de estas consolidar-se, ou correr atrás de estratégias adequadas para enfrentar as instabilidades corriqueiras do negócio. (TAUILE, 2000, p. 56-59).

Castel (2005, p.302-317) aponta o poder público como única instancia de estabelecer “pontes” entre capital e trabalho, no sentido de constituir o mínimo de coesão na sociedade. E

isso deve dar-se a partir da reestruturação de políticas públicas para o bem comum, e especificamente, na elaboração de uma cultura política baseada no direito e na cidadania.

No entanto, para fortalecer a ES, seria necessário não apenas criar políticas, mas meios de valorizar e consolidar as duas formas de apropriação da produção: o capitalismo e o solidarismo, tal aspecto não é tão simples, principalmente quando se refere a contrapor quanto a estruturas dominantes, que polarizam o poder financeiro em detrimento do social. Esta percepção é a dividida por aqueles que veem essa forma de economia como uma utopia, já que giram em torno de uma dinâmica e apregoam outra. Asseveram que tal aspecto, acentuam e condensam as desigualdades múltiplas vivenciadas pelos seus representantes, que distante de estarem fora da exclusão social, mantem-se numa linha ilusória e imaginária de que a renda auferida, mesmo que mínima, colaborasse para sua reinserção e integração a sociedade, quando na verdade, não percebem que são pertencentes a um novo estágio de exclusão social formado pela realidade ES, aquele dos que estão à margem da marginalização e não chegaram a ela propriamente dita. (PAGAUM, 2003, p.42).

Esse pensamento, deixa claro alguns aspectos visíveis em alguns empreendimentos, que notadamente, formados por indivíduos analfabetos e com baixo grau de instrução, que não ocuparam espaços no mercado de trabalho capitalista, e que pela idade e experiências, tem chances quase nula de conseguir espaços em outras empresas.

De um modo geral, olhando para a realidade, fica que a raiz da “questão social”, encontram-se na existência de políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições, mercados financeiros e empresas multinacionais em detrimento das classe sociais menos abastadas. (PAUGAM, 2003, p. 46-51). Por essa visão, a utopia que atinge o movimento da ES está implícita na realidade a qual foi construída. Por esse ângulo, não seria ela uma refém da realidade? Que caminhos poderiam de fato ser construídos ou seguidos para garantir uma real mudança deste cenário, já mantido por vários séculos pelos governos e organismos envolvidos na manutenção econômica? Quanto a estes questionamentos levantados, não se tem ainda respostas suficientes, mas sabe-se que meramente, grande parte se resolveria na vontade política.

CAPÍTULO 3: A COOPERATIVA DE BADAMEIROS: ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 A COOBAFS: Histórico da iniciativa analisada

A COOBAFS - Cooperativa de Badameiros de Feira de Santana-Ba, foi fundada em 05 de abril de 2003, a partir de esforços de *ex*-catadores de lixo que viviam em condições precárias no Aterro Sanitário do Município de Feira de Santana-Ba. Atualmente ela fica localizada na Av. João Durval Carneiro, próximo ao Shopping Boulevard, em uma área de aproximadamente 6.000m².

A COOBAFS é integrante do Projeto Rede Cata Bahia, executado pela Organização Não Governamental (ONG) PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais, no âmbito do programa Vida Melhor, e tem por objetivo apoiar a profissionalização da Rede de Cooperativas de Catadores através da otimização do sistema logístico de coleta seletiva e agregação de valor aos materiais recicláveis.

As cooperativas integradas a Rede Cata Bahia encontram-se situadas nas cidades de Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Lauro de Freitas, Alagoinhas, Jequié, Itapetinga, Itororó, Juazeiro, Entre Rios e Mata de São João.

A iniciativa prevê um conjunto de ações integradas, a saber:

- Promover a capacidade de gestão produtiva, comercial, logística e de agregação de valor de materiais coletados pela Rede Cata Bahia, fortalecendo a auto-gestão e sustentabilidade;
- Incrementar a coleta seletiva através de ações de comunicação e sensibilização ambiental;
- Construir conhecimento sobre a estruturação da cadeia da reciclagem no Estado da Bahia;

Aumentar a produtividade e incrementar o beneficiamento de materiais recicláveis, dotando a Rede Cata Bahia de equipamentos.

De forma integrada, as cooperativas poderão comercializar os resíduos recicláveis em escala, vendendo diretamente para a indústria recicladora. Isso significa uma otimização do processo produtivo, com a diminuição dos custos operacionais, conseqüente melhorias nos preços de venda dos resíduos e, portanto, uma maior renda gerada para os catadores.

A rede beneficia diretamente catadores de materiais recicláveis e milhares de pessoas, residentes em bairros populosos dos municípios atingidos, que passam a ter uma melhoria na qualidade do meio ambiente urbano e o aumento da vida útil dos aterros sanitários.

Além de gerar renda e de melhorar as condições de trabalho e vida dos catadores e seus familiares, o projeto envolve também ações ambientais em residências, instituições e empresas. O objetivo é estimular a responsabilidade social e ambiental e mudanças de hábitos com relação ao lixo, propondo a separação dos materiais recicláveis e a conseqüente adoção da Coleta Seletiva.

Nesse contexto, o projeto prevê também uma campanha de sensibilização em educação ambiental visando mobilizar parceiros para a Coleta Seletiva, conscientizar sobre os benefícios socioambientais dessa prática e valorizar a figura do catador enquanto agente ecológico.

Num contexto institucional marcado pela instauração da política Nacional de Resíduos Sólidos, o projeto apoia as cooperativas para a inserção neste novo mercado além de construir estratégias de ruptura do oligopólio da indústria da reciclagem, com as ações de beneficiamento e agregação de valor à produção. Esta ação fortalece a categoria de trabalhadores, legitimando a atividade e ampliando a visibilidade e a importância do catador enquanto profissional de mercado reciclador.

Um marco brasileiro para os trabalhadores foi a criação do Selo Amigo do Catador, que é uma certificação concedida pelo Movimento nacional dos catadores de Materiais Recicláveis às instituições, públicas e privadas, que apoiam as cooperativas de catadores em todo país.

Lançado oficialmente pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 23 de dezembro de 2003, em São Paulo, o Selo tem como objetivo sensibilizar a sociedade para o reconhecimento da importância do trabalho do catador, estimulando a realização da coleta seletiva pelas cooperativas de catadores nas cidades brasileiras.

3.2 Aspectos Operacionais da COOBAFS

- Número de beneficiários: 30
- Objetivo da cooperativa: Coleta Seletiva de Lixo
- Principais atividades desenvolvidas: Comercialização de garrafas plásticas, papelão e alumínio.
- Bairros abrangidos pelo trajeto de coleta: Santa Mônica, Capuchinhos e atuação mais intensa no Centro Industrial Subaé (CIS).
- Quantidade média comercializada: entre 80 a 100 toneladas de lixo ao mês.
- Equipamentos: 03 prensas industriais, 02 caminhões para coleta de lixo, 02 balanças, 01 elevador de carga e 01 empilhadeira.
- Principais parceiros: Pangea, Universidade Salvador (UNIFACS), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Serviço Nacional Aprendizagem Industrial (SENAI), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).

3.3 Sujeitos da Pesquisa

Atualmente, a COOBAFS, conta com 30 cooperados, dos quais 26 aceitaram participar da presente pesquisa, equivalendo a aproximadamente 90% do total de cooperados, sendo para fins desta análise um índice satisfatório, já que congrega a totalidade dos funcionários que estavam na sede no momento do levantamento de dados.

3.4 Análise da Iniciativa

Com a finalidade de atender aos objetivos do estudo, buscou-se, a partir da caracterização sociodemográfica e econômica dos participantes do estudo, evidenciar como a

iniciativa vem contribuindo para sua melhoria de sobrevivência, conforme será disposto em melhores detalhes nos subtópicos seguintes.

3.4.1 Perfil sociodemográfico

Em relação aos aspectos sociodemográficos, foram observados os seguintes atributos: sexo, faixa etária, estado civil, cor da pele, grau de escolaridade e tempo de profissão, conforme apresenta a Tabela 1.

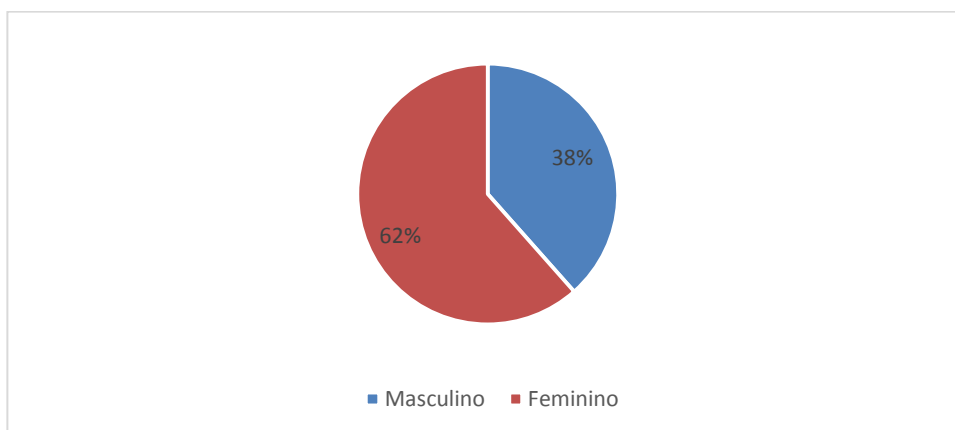
Tabela 1. Perfil sociodemográfico dos badameiros - COOBAFS-FSA, 2015.

ITENS	QUANTIDADE	%
Sexo		
Masculino	10	38,00%
Feminino	16	62,00%
TOTAL	26	100,00%
Faixa Etária		
Até 20 anos	1	3,8%
De 20 a 40 anos	12	46,2%
Acima de 40 anos	13	50,00%
TOTAL	26	100,00%
Estado Civil		
Solteiro(a)	13	50,00%
Casado (a)	4	15,4%
Separado/ Divorciado	1	3,8%
Vivo com Companheiro(a)	8	30,8%
TOTAL	26	100,00%
Cor da Pele		
Branco	1	3,8%
Pardo	9	34,7%
Negro	16	61,5%
TOTAL	26	100,00%
Escolaridade		
Ensino Fundamental Incompleto	21	80,8%
Ensino Médio Incompleto	3	11,5%
Analfabeto	2	7,7%
TOTAL	26	100,00%
Tempo de Profissão		
Menos de 1 ano	2	7,7%
De 1 a 2 anos	5	19,2%
De 3 a 5 anos	1	3,8%
Mais de 5 anos	18	69,3%
TOTAL	26	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa/2015

Em relação ao gênero dos respondentes, percebeu-se que o sexo feminino predomina entre a maioria dos badameiros, correspondendo a 62%, conforme demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1. Gênero dos Badameiros COOBAFS, 2015.



Fonte: Dados da Pesquisa/2015

Tal aspecto reflete a realidade vivenciada por esse gênero no contexto brasileiro: possuem menores índices de escolaridade, são em sua maioria negras e permanece um maior tempo desempregada. Esses dados foram apontados pela pesquisa realizada pelo IBGE (2010), o qual enfatiza que: “embora as mulheres sejam maioria na população de 10 anos ou mais de idade, elas são minoria na população ocupada, mas estão em maioria entre os desocupados.” (IBGE, 2010, p.1). Representaram elas, na época, 62,5% da população em idade economicamente ativa e que não possuíam um emprego, já as ocupadas estavam em menor número que os homens, representando apenas 40,8% da população.

Em nova pesquisa realizada em maio de 2015, junto a seis capitais brasileiras: Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, percebeu-se que os resultados relativos à participação do público feminino na população economicamente ativa, não mudou, representando a população desocupada cerca de 6,7%, com as mulheres representando 63,5% do total de desocupados.

Segundo Renata Adriana Rosa (2008, p. 33), no Brasil, as mulheres compõem uma categoria heterogênea que, segundo a classe social ou raça, confirmam em sua trajetória o legado do passado, demarcado pela vulnerabilidade social e pobreza, que se reproduz como um contraponto diferencial entre sua realidade econômico-social e a dos homens, também em

termos de espaços e de reconhecimento pela força de trabalho, já que são estas que em sua maioria são submetidas a condições de precariedade do trabalho, são afetadas pelo desemprego, pela desigualdade salarial, atuam na economia informal, sem contar que, muitas vezes, ao retornar do trabalho externo, restam-lhe ainda o trabalho de casa e o cuidado dos filhos.

Tal perspectiva é reforçada por Silva (2009, p. 68) ao enfatizar que:

Ao longo da história tem sido identificado nas relações sociais entre homens e mulheres, um padrão característico dominante no tempo e no espaço de relações de gênero e a divisão sexual do trabalho marcada por uma hierarquia entre os sujeitos. Os homens assumem posição dominante e uma divisão de atribuições assimetricamente valorizadas. Às mulheres, apesar de sua co-responsabilidade na provisão financeira, cabe a responsabilidade pela reprodução e tarefas domésticas, bem como aquelas menos valorizadas. Apesar do crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho desde a década de 1960, sua participação no mercado de trabalho (formal ou informal) não se traduziu ainda em práticas mais igualitárias. Neste século que se inicia, constata-se a diversidade de arranjos familiares e o enfraquecimento das relações entre as gerações e famílias; no entanto, no que se refere à divisão sexual do trabalho e ao lugar do homem e da mulher, permanecem ainda antigos padrões e representações antagônicas e dicotômicas

Essas representações antagônicas, segundo afirma Lobo (1992, p. 254), têm raízes na construção de significados culturais para os papéis direcionados ao gênero ao longo dos tempos, no qual o discurso masculino prevalece como dominante. Portanto, “a divisão sexual do trabalho é um dos muitos *locus* das relações de gênero”. Abre espaço para novas questões relacionadas às “metamorfoses” do trabalho e seu questionamento, questões relacionadas à subjetividade e às identidades, o problema da igualdade e diferenças, bem como as formas contemporâneas de gestão e de políticas sociais (LOBO, 1992, p. 260).

Vale destacar que, “diferentemente de sexo, gênero é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações” (SORJ, 1992, p.15). Esse pensamento pode contribuir para se entender os motivos pelos quais ainda é complexo se possibilitar a espaços para valorização da mulher na sociedade. O pensamento machista é o predominante e não apenas relacionado à questão do trabalho. Um exemplo disso é a relação entre mulher e direção veicular, a sociedade constantemente acredita que a mulher não tem plena capacidade para dirigir veículos automotores, mas percebe-se que mesmo em menor

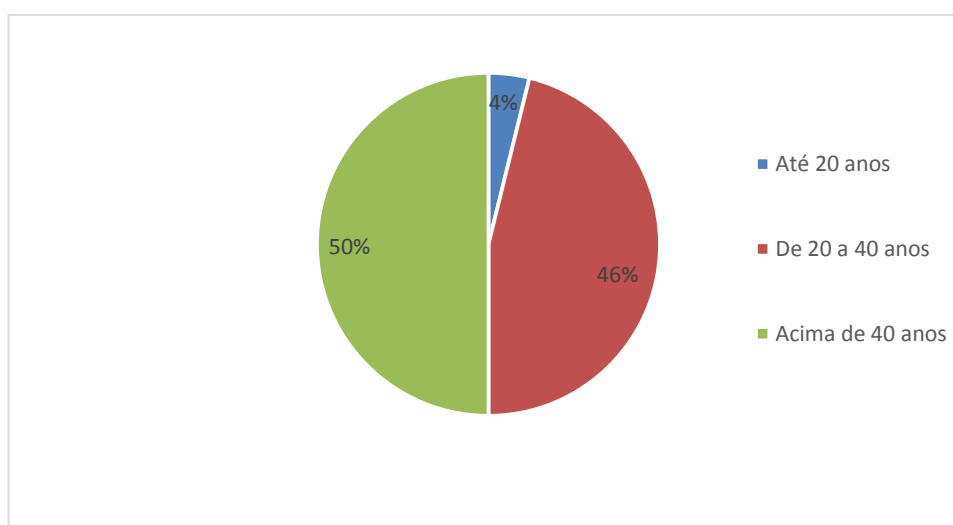
número na atividade a relação destas com acidentes de trânsito é relativamente menor que a de homens, e isso não muda o estereótipo que foi criado.

Para Heilborn (1992, p. 98), o que justifica a manutenção dos estereótipos de diferenciação entre homens e mulheres é que as visões sobre poder entre sexos ainda prevalecem, cabendo às mulheres posição subalterna na organização social. O que lhe resguarda uma identidade inferior na esfera econômica e social que não deveria existir, mas coexiste alimentada pelo ideário culturais que firmemente ainda não se desfizeram.

Vale lembrar que já após a Constituição Federal de 1988, que prediz a igualdade entre gêneros, muitos impulsos têm sido realizados no sentido melhorar essas questões no campo de trabalho, algumas organizações trabalham competências profissionais para delegar funções ou crescimento na carreira e nas condições salariais já inserem mulheres em cargos de chefias, mas ainda tal realidade não foi absorvida de forma integral na sociedade.

Em relação à faixa etária dos badameiros, constatou-se que estes, em sua maioria, possuem idade a partir de 40 anos (50%) ou estão entre 20 e 40 anos (46%), conforme apresenta o Gráfico 2.

Gráfico 2. Faixa Etária dos Badameiros COOBAFS, 2015.



Fonte: Dados da Pesquisa/2015

Nota-se pelos resultados que dois polos se encontram nesses grupos de cooperados, uma que ainda apresenta idade para ingresso nos moldes de exigência do mercado e outro

que, já atingindo uma idade madura, tem maiores dificuldade de inserção em novas oportunidades de emprego. Logo, a iniciativa, não apenas reflete uma nova maneira de desenvolvimento econômico, mas disfarça a cruel realidade por dentro do desemprego no Brasil, que exclui os menos escolarizados e mais velhos.

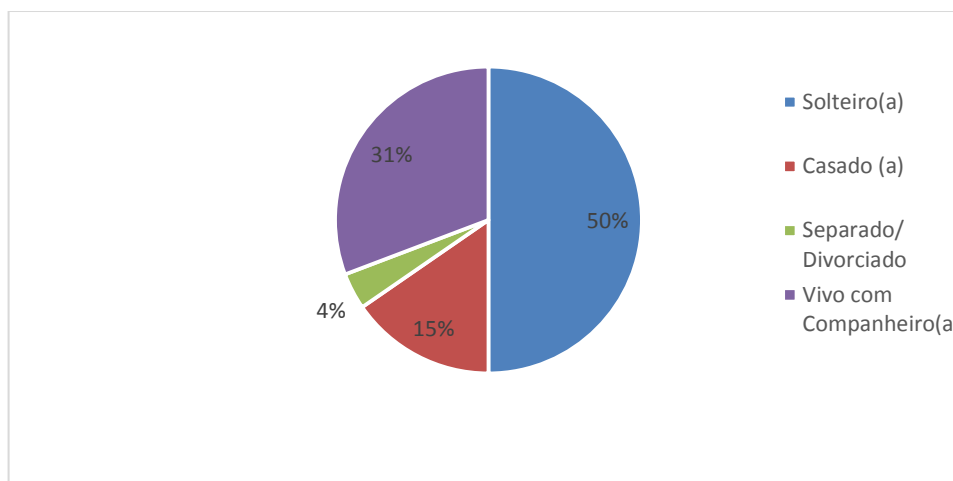
Quanto a este aspecto Benine e Figueiredo Neto (2007, p. 4) afirmam que:

A economia solidária vem sendo colocada e reutilizada por muitos autores como uma estratégia de enfrentamento ao desemprego e à exclusão social. Fala-se em um modo de produção alternativo ao capitalismo e aos efeitos da mundialização do neoliberalismo, sendo que o mais discutido é o desemprego e a precarização do trabalho em conjunto com a ofensiva aos direitos sociais conquistados.

Essa realidade é descrita no estudo de Arcoverde, Souza e Fragoso (2006, p. 72-93) que analisaram 426 empreendimentos “ditos” solidários em Pernambuco, dentre cooperativas de consumo, de crédito, de distribuição e mistas. Perceberam que a principal razão de surgimento dessas iniciativas foi o desemprego (45%), tendo estas como características principais a manutenção da informalidade trabalhista, havendo em apenas 60,48% destes a oportunidade de contratação com registro em carteira de trabalho junto apenas aos cargos que exigem capacitação técnica. Tal prática confirma-se na COOBAFS, onde dentre os cooperados só o motorista possui carteira assinada.

Em relação ao estado civil, percebeu-se que a maioria é solteiro (a) 50% ou convive com companheiro(a), 31%, conforme apresenta o Gráfico 3. Tal aspecto corrobora com os achados do estudo de Mariano e Tavares (2005) que pesquisando o perfil sociodemográfico de 14 famílias de Badameiros em Itabuna, Bahia, também encontrou 57% destes na condição de solteiro(a), destes, cerca de 22% ainda possuíam de 1 a 6 filhos.

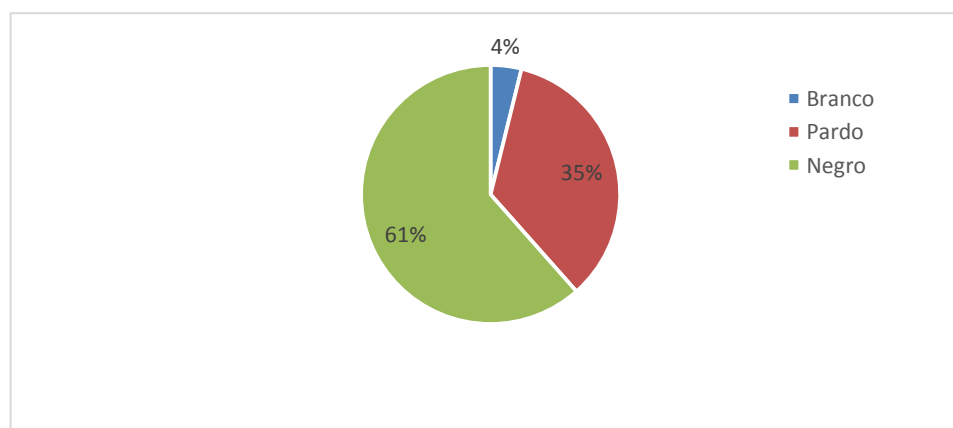
Gráfico 3. Estado Civil dos Badameiros COOBAFS, 2015.



Fonte: Dados da Pesquisa/2015

Em relação à cor da pele/ raça, percebeu-se que a maioria se declarou negra (61%) e parda (35%), conforme evidenciado no Gráfico 4.

Gráfico 4. Cor da Pele dos Badameiros COOBAFS, 2015.



Fonte: Dados da Pesquisa/2015

Dois pontos principais são observados nesse contexto, primeiro, sabe-se que na Bahia, esta é a população predominante, logo era de se esperar, pelo menos, a possibilidade de haver um grande contingente de pessoas que apresentassem essa cor/ raça. Por outro lado, se confirma um aspecto relacionado à marginalização econômica, da qual a população negra é o principal alvo.

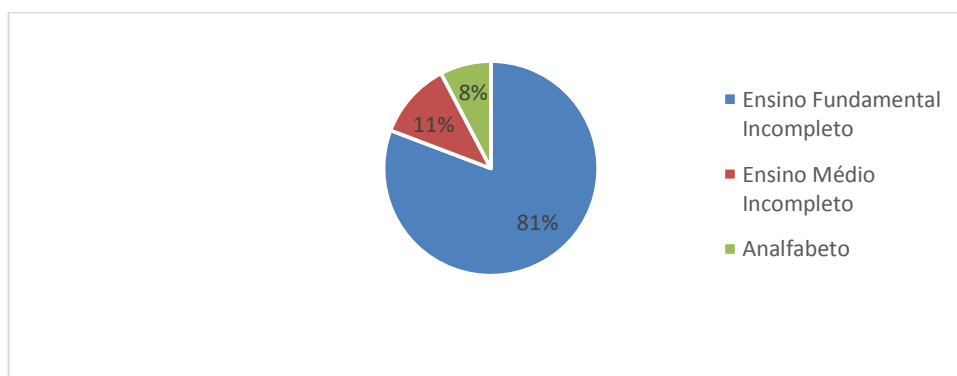
Quanto a este fato, Oliveira e Racy (2012, p. 3-5) expõem que:

O ex-escravo foi abandonado ao acaso numa sociedade elitizada, para a qual já não mais era visto como fonte de lucros dentro do processo produtivo. Neste contexto o negro é submetido a uma situação cruel, injusta e, portanto, amplamente desfavorável dentro da competição social.[...]Após a Abolição da Escravatura, surgia no país uma população livre em teoria, porém presa a sua condição e taxaço de ex-escrava. Condição que por si só lhe garantiria a exclusão da estrutura produtiva de então. Impostamente oferecida ao negro, a realidade de ocupação das mais baixas escalas do operariado os levam ao ócio e marginalização, opções que vão ao desencontro com o ideal de integração social. Ao negro, somente foi possibilitado o necessário para assegurar distanciamento da realidade competitiva social, econômica, financeira e do mercado de trabalho.

Nota-se então que a velha história na qual o negro era submetido às piores condições empregatícias, sendo contratado pelos empregadores capitalistas pelos menores custos e para trabalhos menos qualificados se repete com outra roupagem, na manutenção da informalidade e em atividades que apesar de representativas possuem pouca ou nenhum apoio que favoreça o seu fortalecimento e consolidação no contexto econômico. Essa realidade vem fazendo com que, em grande parte, as associações ou cooperativas não consigam atingir grandes potenciais de alcance econômico, estando limitadas muitas vezes, apenas a uma possibilidade mínima de sobrevivência junto a seus cooperados.

Em relação ao grau de escolaridade, a grande maioria dos cooperados da COOBAFS cursaram apenas o ensino fundamental incompleto (81%). Notou-se que, dentre essa população, 11% chegaram a cursar o ensino médio, porém desistiram de sua conclusão por motivos diversos: gravidez, separação, necessidade de trabalhar para sobreviver e não aguentar duas jornadas entre trabalho e escola, entre outros. Percebeu-se também que 8% declararam-se analfabetos, conforme destaca o Gráfico 5.

Gráfico 5. Grau de Escolaridade dos Badameiros COOBAFS, 2015.



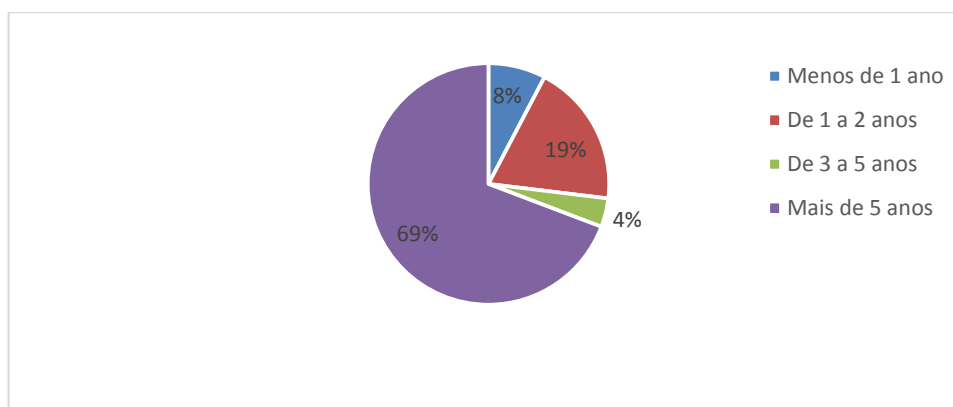
Fonte: Dados da Pesquisa/2015

Esses resultados coincidem com outro estudo realizado por Mariano e Tavares (2005), no qual percebeu-se que 41,6% dos badameiros cursaram até o ensino básico e 41,6% fizeram até o ensino fundamental demonstrando assim o baixo grau de instrução, despreparo e qualificação para o exigente mercado de trabalho da atualidade. Na COOBAFS ainda houve uma parcela que conseguiu se integrar ao ensino médio (embora não concluído), o que revela ainda que existe uma parcela com melhor nível de escolaridade que as famílias analisadas por Mariano e Tavares (2005).

Considerando o nível de instrução como uma das dimensões da cidadania, na avaliação sobre o índice de vulnerabilidade social (IVS), ficou patente a relação direta entre inserção na força de trabalho, vulnerabilidade social e nível de escolaridade.

Em relação ao tempo de profissão, verificou-se que a maioria dos cooperados da COOBAFS já atuam como badameiros há mais de 5 anos (69%) ou estão ainda entre 1 a 2 anos dentro da atividade (19%), conforme aponta o Gráfico 6.

Gráfico 6. Tempo de Profissão



Fonte: Dados da Pesquisa/2015

Os resultados apresentam dois grupos predominantes no empreendimento, o primeiro que já há algum tempo vem mantendo-se na iniciativa e pelo tempo revela seu potencial na sua sustentabilidade ao longo do período, principalmente diante da dificuldade de espaços no contexto econômico, já que pelos dados apresentados no Gráfico 6, nota-se haver uma parcela significativa com pouca qualificação. Do outro lado, o ingresso de novos trabalhadores em um período inferior a dois anos, confirma novamente a iniciativa como elo de apoio ao trabalhador desempregado e que procura uma atividade para subsistência.

Outras questões foram inseridas no questionário de pesquisa que versavam sobre o materiais vendidos, coleta de materiais, peso, frequência das vendas, que não foram satisfatoriamente respondidas pelos respondentes, mas sim pela presidente da COOBAFS, o qual apresentamos no caracterização do empreendimento.

Em relação ao local de coleta, percebeu-se que este é bastante eclético, abrangendo conforme opinião de 100% dos entrevistados, supermercados, residências e escolas.

3.4.2 Perfil econômico

O perfil econômico foi apurado a partir da caracterização da renda, benefícios e situação quanto aos dependentes, conforme apresenta a Tabela 2.

Tabela 2. Perfil Econômico dos badameiros - COOBAFS-FSA, 2015

ITENS	QUANTIDADE	%
Nº de Dependentes		
Apenas 1 pessoa	4	15,4%
2 pessoas	6	23,1%
3 pessoas	4	15,4%
4 pessoas	7	26,9%
5 pessoas	1	3,8%
6 pessoas	4	15,4%
TOTAL	26	100,00%
Recebe benefícios sociais do governo:		
Não recebe	12	46,2%
Bolsa Família	14	53,8%
TOTAL	26	100,00%
A remuneração adquirida com a venda dos materiais é considerada por você suficiente para sustentar a família?		
É o suficiente	13	50,00%
É pouco para o sustento	13	50,00%
TOTAL	26	100,00%
Qual é a sua renda mensal?		
Menos de 1 salário mínimo	15	57,7%
De um a dois salários mínimos	11	42,3%
TOTAL	26	100,00%

Geralmente Trabalha quantas horas por dia?		
6 a 8 horas	13	50,00%
8 a 10 horas	9	34,6%
Mais de 10 horas	4	15,4%
TOTAL	26	100,00%
No seu domicílio há:		
Aparelho de Som	3	11,5%
Televisão	26	100%
DVD	5	19,2%
Geladeira	26	100%
Máquina de lavar roupas	15	57,7%
Computador (<i>tablet, laptop</i> ou <i>notebook</i>)	4	15,4%
Telefone Fixo	3	11,5%
TV por assinatura	1	3,8%
Telefone Celular	22	84,6%
Automóvel	---	---
Motocicleta	15	57,7%

Fonte: Dados da Pesquisa/2015

Em relação ao número de dependentes, percebeu-se que a maioria dos respondentes, possuem 4 (27%) ou 2 (23%) dependentes. Por sua vez, cerca de 16% possuem apenas 1 dependente, havendo casos de famílias com 3 dependentes (15%) ou 6 dependentes (15%). Apenas 4% declararam possuir 5 dependentes.

Quanto às famílias, é importante destacar que o número de dependentes informado não representa em igual teor a quantidade de filhos que estes possuem, havendo uma parcela na qual os dependentes abrigam não apenas os filhos, mas também os netos que se agregam ao arranjo familiar, estando o pai (ou mãe) ainda representando a principal fonte de sustento.

Dias, Hora e Aguiar (2010, p.191) enfatizam que esta forma de arranjo familiar também denominada de coresidência, família multigeracional ou coabitação, destaca-se pela o estabelecimento de uma cooperação entre os membros, os quais enfrentam juntos as dificuldades causadas por problemas financeiros ou mesmo casos de gravidez na adolescência ou divórcios.

No plano financeiro, tem sido crescente nos últimos tempos os arranjos familiares no qual o pai, é o supridor para filhos e netos. Tal feito, tem refletido principalmente no papel

desempenhado pelos aposentados no processo de sobrevivência de suas famílias, . No contexto dos cooperados em questão, essa situação se agrava, principalmente pelo fato de que esse supridor não possui um salário fixo a receber, e nem tem vantagens previdenciárias, tais como auxílio doença, restando a concessão de aposentaria não por tempo de serviço e sim pelo alcance da idade mínima aceitável para ingresso nas propostas de aposentadoria por benefícios assistenciais.

Buscou-se identificar se entre os cooperados existiam famílias contempladas pelos benefícios assistenciais do governo, e notou-se que 54% destes recebem, sendo este o bolsa família. O aspecto encontrado confirma a situação de vulnerabilidade econômica dessas famílias e reflete o papel de apoio que a iniciativa vem exercendo na melhoria de sua vida, principalmente diante do atual contexto vivenciado pelo Brasil, com aumento significativo do custo de vida em todas as regiões, decorrentes do aumento de custos de outras despesas, tais como combustível e energia elétrica.

Em relação à renda mensal, percebeu-se que 58% dos cooperados COOBAFS recebem menos de 1 salário mínimo mensal, e apenas 48% conseguem receber de um a dois salários mínimos. Comparando-se a renda mensal e o núcleo familiar preponderante entre as famílias assistidas, que é em sua maioria de 4 pessoas, percebe-se que ainda os resultados obtidos com o empreendimento solidário não foi capaz de retirar de fato seu grupo de beneficiários da situação de vulnerabilidade econômica, constituindo uma renda quem vem atenuando sua realidade de exclusão social.

Essa questão de vulnerabilidade, cabe destaque ao pensamento proposto por Paugam (2003, p. 46), que menciona um novo status inserido na sociedade, fruto das relações econômicas vigentes, no qual a pobreza, não deve ser considerada apenas o estado de despossuir e sim correspondente a um status social específico, “inferior” e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência. Essa pobreza, caracterizada como desqualificante, alude a condições precárias de vida vistas como ameaça à coesão social. Em outras palavras, fala-se aqui de uma precariedade econômica e social que revela a existência de um contingente de indivíduos economicamente desnecessários e supérfluos, ao mesmo tempo em que supostamente exporiam um modo de vida caracterizado pela instabilidade conjugal, pelo baixo nível de participação nas atividades sociais e por uma

vida familiar “inadequada”. Se, por um lado, a construção conceitual da desqualificação social abrange situações de pobreza, por outro, ela está vinculada a processos de exclusão.

Paugam (2003, p. 33) articula três ideias ao conceito de desqualificação social, que se encontram igualmente vinculadas ao conceito de exclusão. A noção de trajetória, ou seja, de que há um processo que deve ser percebido de forma longitudinal, o que permite apreender o percurso temporal dos indivíduos; o conceito de identidade, positiva ou negativa, de crise e de construção dessa identidade e, por fim, o aspecto da territorialidade, ou seja, a base espacial que abriga processos excludentes. Do mesmo modo, buscando destacar o caráter processual implícito na noção de desqualificação, o autor enfatiza as fases que a compõem: a fragilidade, a dependência e a ruptura. A fragilidade está relacionada à experiência vivida da deslocalização social. Essa deslocalização diz respeito a experiências como a dificuldade de inserção profissional e a perda de referências, como o local de moradia, por exemplo. Trata-se de experiências tipicamente dolorosas, que produzem, em quem as vivencia, a sensação de estar deslocado. Nesse sentido, Paugam enfatiza que “uma situação continuada de fragilidade pode conduzir à fase da dependência” (2003, p. 34). Os que “vivem a experiência da dependência procuram compensações para suas frustrações tentando valorizar sua identidade parental, sua capacidade para cuidar do lar e exercer diversas atividades em suas comunidades” (PAUGAM, 2003, p. 38).

Por fim, a continuidade da dependência pode levar à experiência da ruptura. A ruptura constitui-se em uma experiência na qual os indivíduos vivenciam um acúmulo de dificuldades, tais como afastamento do mercado de trabalho, problemas de saúde, falta de moradia, perda de contatos com a família etc. Trata-se da última fase do processo, produto de uma soma de fracassos que conduzem a uma acentuada marginalização.

Percebe-se então, que a desqualificação social proposta por Paugam (2003, p. 34-46) remete a uma historicidade de estágios do indivíduo no contexto social, que inicia no momento em que este perde espaços econômico e, conseqüente valor familiar, ao período em que as grandes dificuldades, o acabam por marginalizar de forma definitiva na sociedade, não tendo ele, mas nenhuma condição social objetiva nesta. Por essa visão, percebe-se que em relação aos estágios, esses indivíduos apresentam certas categorias, estando em geral os

badameiros se equilibrando entre o primeiro estágio, no qual há a exclusão empregatícia, mas há ainda por meio da renda obtida, uma ponte de identificação do indivíduo na sociedade.

Para Porto (2004, p. 1509) essa identificação se dá no reforço que a legalização pode direcionar para o empreendimento solidário, segundo o autor, por mais que os participantes de tais empreendimentos, possam sentir que não sejam bem remunerados (em alguns casos), há um contracheque no final do mês, que o identifica como participante de um grupo econômico, que pode ser utilizado, por exemplo, em uma instituição financeira, visando-se a obtenção de benefícios futuros.

Quanto a renda percebida pelos badameiros, cabe destacar ainda que esta é fruto das horas diárias de trabalho e sofre ainda a influência do constante jogo de preço ao qual muitas vezes os gestores de empreendimentos de reciclagem são vítimas, já que não há uma tabela específica de preço para o produto a ser negociado. Nesse sentido, o lucro não é uma medida apenas evidenciada pela quantidade vendida, mas pela relação entre a quantidade e o poder de barganha de preço durante a negociação. Assim, em períodos de dificuldades, sem a possibilidade de ficar com o produto em estoques, o passo é cair na condição desfavorável de recebimento e pelo menos garantir aos cooperados alguma possibilidade de renda.

Por outro lado, percebe-se que as estimativas de renda que estes trabalhadores conseguem adquirir são bem menores que aquelas percebidas para o conjunto da população que não possui vínculo empregatício (trabalhadores por conta própria e sem carteira assinadas), conforme apresenta abaixo os dados apresentados pela Pesquisa Mensal de Emprego realizada pelo IBGE, que traduz dados comparados dos recebimentos de diversas categorias empregatícias entre os meses de maio de 2014 e abril e maio de 2015.

Tabela 3. Renda Mensal Média do Trabalhador

TRABALHADOR	Estimativas (R\$)		
	maio de 2014	abril de 2015	maio de 2015
TOTAL	2.229,28	2.158,74	2.117,10
EMP. COM CARTEIRA SETOR PRIVADO	2.037,32	1.970,17	1.948,90
EMP. SEM CARTEIRA SETOR PRIVADO	1.581,57	1.518,23	1.550,30
MILITAR OU FUNCIONÁRIO PÚBLICO ESTATUTÁRIO	3.773,57	3.684,84	3.710,60

CONTA PRÓPRIA	1.908,15	1.864,58	1.793,80
NA INDÚSTRIA	2.272,45	2.216,38	2.209,30
NA CONSTRUÇÃO	2.057,71	1.889,41	1.939,60
NO COMÉRCIO	1.793,48	1.686,31	1.661,40
NOS SERVIÇOS PRESTADOS À EMPRESAS	2.805,71	2.684,67	2.548,20
NA EDUCAÇÃO, SAÚDE, ADM. PÚBLICA	2.991,56	2.956,41	2.921,10
NOS SERVIÇOS DOMÉSTICOS	936,80	934,86	946,20
EM OUTROS SERVIÇOS	1.891,69	1.902,33	1.847,00

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego- IBGE/Maio de 2015

Percebe-se, conforme exposto na tabela 3, que aqueles que trabalham por conta própria receberam em média no mês de maio R\$ 1.793,80, já os empregados sem carteira no setor privado receberam em média no mês de maio R\$ 1.550,30. Nota-se que ambas as categorias que são representadas por trabalhadores que não mantem vínculo empregatício, percebem salários bem maiores que o dos badameiros participantes do estudo.

Os respectivos resultados na região de Salvador (estado da Bahia) são descritos na Tabela 4, os quais apesar de serem menores que as médias das principais capitais brasileiras, ainda é maior que a expectativa de renda auferida pelos cooperados da COOBAFS.

Tabela 4. Renda Mensal Média do Trabalhador – Salvador

TRABALHADOR	Estimativas (R\$)		
	maio de 2014	abril de 2015	maio de 2015
TOTAL	1.670,61	1.608,12	1.575,10
EMP. COM CARTEIRA SETOR PRIVADO	1.560,93	1.443,60	1.475,00
EMP. SEM CARTEIRA SETOR PRIVADO	962,65	995,17	1.012,10
MILITAR OU FUNCIONÁRIO PÚBLICO ESTATUTÁRIO	3.506,24	3.766,81	3.526,50
CONTA PRÓPRIA	1.260,06	1.183,40	1.177,90
NA INDÚSTRIA	1.852,75	1.765,77	1.744,10
NA CONSTRUÇÃO	1.289,67	1.237,50	1.195,60
NO COMÉRCIO	1.308,50	1.315,52	1.316,30
NOS SERVIÇOS PRESTADOS À EMPRESAS	1.948,65	1.676,85	1.605,30

NA EDUCAÇÃO, SAÚDE, ADM. PÚBLICA	2.527,88	2.544,55	2.505,50
NOS SERVIÇOS DOMÉSTICOS	670,61	673,61	674,40
EM OUTROS SERVIÇOS	1.474,60	1.323,29	1.422,40

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego- IBGE/Maio de 2015

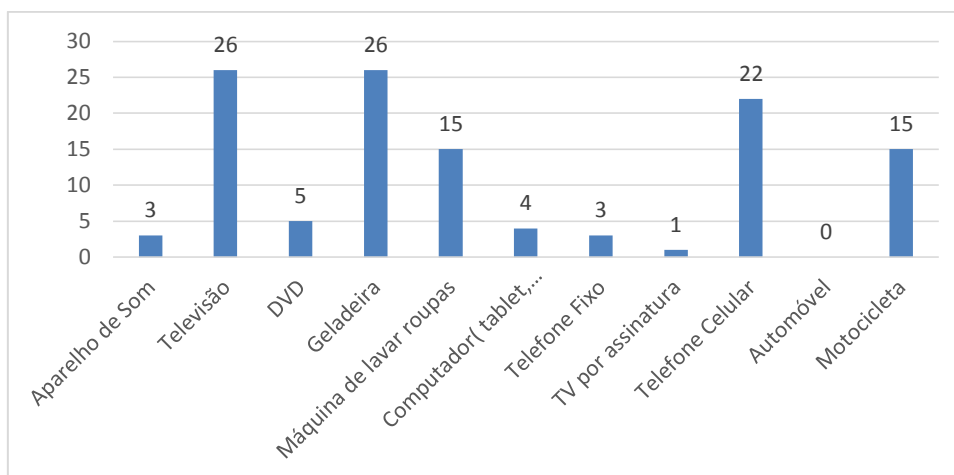
Em relação a Jornada de Trabalho, percebeu-se que 50% dos badameiros trabalham de 6 a 8 horas por dia, 35,4% de 8 a 10 horas e 15,4% acima de 10 horas. Nesse tocante verificou-se que metade dos cooperados, buscam na ampliação da jornada de trabalho a perspectiva de alcançar uma maior renda, já que o resultado do trabalho é fruto daquilo que por este puder ser coletado. Essa realidade, não é destoante da de outras cooperativas, Porto et al. (2004, 1506-1509) enfatiza que esta problemática é o que muitas vezes representa um diferencial na escolha por um badameiro em optar pelo cooperativismo ou não. Isso porque, mesmo que de modo indireto, há uma certa tendência a nesta perspectiva se haver um regular jornada de trabalho entre os grupos, estando os ganhos mais vinculados ao ritmo de trabalho estabelecido pela equipe, que em geral, são o reflexo dos materiais de apoio que este possuem para efetuar suas atividades, tais como veículos de apoio e transporte do lixo. Em geral, aqueles que optam pelo movimento cooperado, veem mais pela perspectiva de uma melhor qualidade do trabalho realizado, com equipamentos de proteção e melhor perspectiva de ganhos em uma disputa mais justa, mesmo que em horas eles possam resultar em menor obtenção de renda. Notadamente, também, não se pode generalizar que em todas as cooperativas, haverá uma regulação exata da jornada, havendo aqueles que, em determinadas condições, estarão dispostos a investir mais de seu tempo para ter um recebimento mensal maior.

Essa questão, possivelmente é o principal entrave nesta forma de exploração econômica, pois sem muitas vezes um plano de saúde, horas longas de jornada, se resumem, em sua maioria, em maiores propensões a doenças ocupacionais, o que pode não revelar uma relação custo x benefício de fato benéfica para o cooperado no longo prazo.

Buscou-se também identificar se após o ingresso na iniciativa houve alguma melhoria na qualidade de vida e saúde dos badameiros. Assim, solicitou-se dos cooperados que informassem os principais benefícios que conquistaram após ingressarem no empreendimento

solidário e percebeu-se que, de modo geral, foi possível aos mesmos obterem melhores condições de moradia e acesso a bens de consumo, conforme destaca o Gráfico 7.

Gráfico 7. Bens Patrimoniais



Fonte: Dados da Pesquisa/2015

Notou-se que dentre os itens mais presentes nas moradias dos cooperados, a geladeira e a televisão são os principais itens adquiridos (100%), no entanto outros itens foram conquistados em menor proporção, dada as condições de salário já apresentadas anteriormente. Notou-se que apenas 85% possuem celular, 57% máquinas de lavar roupas, 57% motocicleta, 19% DVD, 15% computador, *tablet* ou *laptop*, 11% telefone fixo, 11% aparelho de som, 3,8% TV por assinatura, conforme apresenta o gráfico 10.

Buscou-se também saber se algum destes trabalhadores possuíam plano de saúde, e nenhum deles possuem qualquer tipo de plano de saúde ou relataram o exercício de exames periódicos. Esse resultado é preocupante, quando se verifica principalmente que a atividade por eles desempenhada os expõe a fatores desencadeantes de problemas ergonômicos, respiratórios, entre outros.

Em um sentido geral, a adesão de tais empreendimentos a planos de saúde é bastante complexa, pois, de modo global a instabilidade econômica que enfrentam afastam a possibilidade de elencar entre o rol de suas despesas mensais, gastos programados, como é o que ocorre com planos de saúde coletivos. Por sua vez, a baixa renda obtida pela maioria dos cooperados, não lhes dão condições de ingressarem nesta modalidade de assistência em saúde,

já que teriam de optar entre a sobrevivência e o pagamento da referida mensalidade, ainda correndo-se o risco de seu valor global ser superior a sua renda.

3.4.3 Expectativas com a Iniciativa

Por fim, foram coletadas as percepções dos respondentes quanto às expectativas da atividade realizada, conforme apresenta a Tabela 5.

Tabela 5. Da Realidade da COOBAFS

ITENS	QUANTIDADE	%
Sofreu alguma violência no exercício da profissão?		
Sim, violência verbal	8	30,8%
Nunca sofri violência	18	69,2%
TOTAL	26	100%
Já sofreu algum preconceito?		
Sim, algumas vezes	1	3,8%
Sim, com frequência	9	34,7%
Nunca sofri preconceito	16	61,5%
TOTAL	26	100%
Você acaba tendo que envolver os filhos ou outras crianças menores na coleta?		
Sim, mas as crianças continuam indo à escola	7	27%
Não tenho crianças trabalhando comigo	19	73%
TOTAL	26	100%
Para você ser cooperado da COOBAFS tornou seu trabalho melhor?		
Sim, o trabalho fica mais lucrativo assim	24	92%
Não obtive benefícios	02	8%
TOTAL	26	100%
Falta apoio da comunidade e do poder público na coleta seletiva do lixo?		
Falta apoio, mas não faz tanta diferença	4	15%
Falta apoio, ele seria muito importante	16	62%
Tenho apoio na comunidade onde coleto	6	23%
TOTAL	26	100%

Fonte: Dados da Pesquisa/2015

Procurou-se saber junto aos badameiros se já sofreram algum tipo de violência durante a realização de suas atividades e percebeu-se que a maioria nunca sofreu violência (68%). Por sua vez, aqueles que revelaram tal ocorrência, só sofreram violência verbal (31%).

Já em relação ao preconceito, percebeu-se que 61% dos respondentes revelaram nunca sofrer preconceito, outros 35% revelaram que sim, e 4% disseram ter sofrido preconceito algumas vezes.

Os resultados, apontados são bastante significativos e refletem que o grupo já obteve uma aceitação social positiva. Na realidade, o que possivelmente pode contribuir é que em geral, os mesmos grupos perfazem os roteiros dos bairros, criando assim com os moradores uma familiaridade, que contribui de forma positiva para a coleta realizada seja feito de modo tranquilo e respeitoso.

No entanto, percebeu-se o preconceito ainda presente 35% dos catadores. Isso para Paugum (2003, p. 61) constitui o reflexo da imagem desqualificada e estigmatizada compartilhada pela sociedade do respectivo movimento, no qual, tais sujeitos, são visto como “excluídos”, sendo compreensível seu trabalho, como um sinônimo para aqueles que, em grande, sem escolaridade e experiência profissional, buscam espaços considerados como “inferiores” no contexto da pirâmide econômica.

Buscou-se saber se durante a realização das atividades normalmente as família inteira (inclusive crianças) auxiliavam, e percebeu-se que apenas 27% deles confirmaram que as crianças auxiliam as vezes, mas que frequentam a escola, outros 73% informaram que os filhos não participam da coleta.

Os resultados relacionados à inserção de crianças no processo é um dado bastante complexo, revela estas como auxiliares dos pais, principalmente na busca de ampliar as perspectivas de renda, já que é a quantidade coletada o fator decisivo para recebimento. Por outro lado, a manipulação com resíduos sólidos envolve outros aspectos a serem considerados, tais como a necessidade de equipamentos de segurança, de métodos adequados de higienização, frente a se estar lidando com materiais com certo grau de contaminação e sujeição a bactérias.

O fato de as crianças continuarem frequentando a escola, é positivo, pois confirma que os pais não deslocaram estas da oportunidade de aprendizado, no entanto, o lazer e possivelmente o tempo livre para aperfeiçoar o aprendizado é retirado em prol de esforços no aumento da possibilidade de renda para sustento familiar.

Buscou-se saber se a opção pela cooperativa foi uma opção melhor para os respondentes face aos trabalhos anteriormente realizado, em que grande parte atuava no lixo-um espaço sem condições adequadas de trabalho, onde todo o lixo é exposto, sem tratamento e equipamentos de proteção, ou em subempregos. Percebeu-se que 92% destes achou que a vinda para a iniciativa foi mais lucrativo, pois além de acompanharem todo o processo de gestão e venda dos resíduos coletados, conseguem uma renda melhor que a anteriormente conseguida..

Por fim, buscou-se saber dos mesmos, qual a visão compartilhada sobre o apoio recebido do poder público e da comunidade local quanto à iniciativa. Percebeu-se no caso específico que 62% dos respondentes sentem falta do apoio do poder público, o qual seria importante para potencializar as ações realizadas pela única cooperativa local, outros 23% disseram receber apoio da comunidade na coleta seletiva, e outros 15% enfatizaram que falta apoio, mas não conseguem visualizar como este poderia ajudar a iniciativa, por isso acreditam que não ter apoio externo não faz diferença.

É importante destacar que no referido município não há vigente um programa de coleta seletiva e nem de apoio aos catadores de lixo que centralizam suas atividades no aterro sanitário da cidade. A ausência de uma política ambiental efetiva nesse âmbito tem impossibilitado a respectiva iniciativa de alcançar maiores espaços e de consolidar-se. Todo material e equipamentos atualmente existente são frutos de parcerias ocorridas com organismos internacionais, como o Pangea, e ações sociais de instituições financeiras na promoção do Desenvolvimento Regional Sustentável, tais como o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal, que, contudo, não perduram de forma contínua em um mesmo ritmo, pois dependem também de como cada momento político e de ações estratégicas dessas instituições irão ser direcionados em tempo em tempo. São parceiros que, na realidade, não assumem responsabilidade pela iniciativa, inserem-na em suas estratégias, vislumbrando atingir metas específicas de seus programas e nada mais.

Notou-se também que a iniciativa desconhece políticas e possíveis projetos de cunho governamental ao qual podem buscar apoio, tendo em vista não serem procurados por nenhuma entidade pública. O contato com a prefeitura local tem sido uma iniciativa destes, na busca de conseguir melhorias para o empreendimento e suporte na sua gestão, a partir de

planos de capacitação ou investimentos em equipamentos que contribuam para melhorar as atuais condições de trabalho.

A ausência de uma política de incentivo ambiental no município é o principal entrave que torna ainda o apoio da prefeitura mais distante da iniciativa, no qual só ocorreria de fato se houvesse vontade política.

No tocante ao papel do Estado, cabe ressaltar que esta realidade não é apenas local, em um sentido geral, o sistema atual exercido pelo governo, vem mantendo restrição a atenção dada a esses empreendimentos. Na opinião de Bernardo Kilksberb (2002, p. 67):

O Estado deve ser o fator convocante da formação de meta-redes, que integrem, junto com os organismos públicos da área social, as regiões e os municípios, as ONGs, fundações empresariais privadas, movimentos sindicais, organizações sociais religiosas, Universidades, organizações de vizinhos, outros atores da sociedade civil e as comunidades pobres organizadas. Essas meta-redes tenderiam a se apoiarem mutuamente e a aproveitar o melhor que cada um dos atores tem para contribuir.

Ao contrário dessa realidade, percebe-se que cada vez mais o papel do Estado neoliberal caminha para um estado mínimo de providência social, marcado pelo desmantelamento das atividades voltadas a garantir melhoria das condições de vida e trabalho da população, sobretudo as mais carentes e em situação de vulnerabilidade econômica. Antes disso, parece ser mais fácil apostar em propostas simplistas, que não resolvem a questão da pobreza, apenas redefinem para ela um patamar diretivo incorporado na falsa ideia da “redistribuição de renda” que é inserida por meio de projetos, tais como é Bolsa Família. Antes, tais projetos, deixam mais evidente que a desestruturação da estabilidade empregatícia e de oportunidades em postos de trabalho, são realidades críticas, para o contexto brasileiro.

. Na reflexão feita por Ruben Kaztman e Carlos Filgueira, o Estado é peça fundamental para que as estruturas de oportunidades se concretizem. Nesse sentido, ocorre também um retrocesso do Estado, em seu papel na garantia de proteção social. Reformas sociais são implementadas, reduzindo assim as atribuições do Estado e transferindo para o mercado e instituições da sociedade civil aquilo que até então era função estatal. Simultaneamente, fatores estruturais e políticos contribuem para esse cenário. Produtividade e competitividade são palavras de ordem, resultando um modelo de crescimento virtualmente hegemônico e globalizado, regulado por organismos e instâncias internacionais e multilaterais

que reduzem o grau de liberdade das unidades nacionais. (KAZTMAN; FILGUEIRA, 1999, p. 9-10).

Refletindo as contribuições do empreendimento para a vida dos seus beneficiários, percebe-se que de um modo geral:

- a) Ele tem possibilitado a geração de renda a seus cooperados, muito embora para a maioria seja inferior a um salário mínimo
- b) Os assistidos após o ingresso nesta forma de trabalho conseguiram adquirir bens que possibilitaram para si e família, melhores condições de vida
- c) A renda auferida na cooperativa vem possibilitando melhor enfrentamento da vulnerabilidade econômica a que estão sujeitos, já que 54% ainda estão inscritos nos Programas de Bolsa Família do Governo Federal
- d) O acesso a essa forma de atividade tem sido uma opção favorável a esses indivíduos, que pelas condições de escolaridade, estariam em desvantagem na competição por vagas de emprego no mercado de trabalho
- e) A adesão a cooperativa também é benéfica aqueles que partiram para um processo de trabalho mais organizado que a antiga realidade vivenciada por muitos nos lixões, não qual a atividade se dá sem equipamentos de segurança necessárias e ainda sem condições de disputa por preços justos pela venda dos resíduos sólidos.

Quanto às limitações, percebe-se que estas, em geral, estão na ausência de uma proposta política e assistência adequada ao seu desenvolvimento, tendo em vista atuarem praticamente sem o apoio devido da Prefeitura local, e sem uma assistência mais atuante no suporte ao seu desenvolvimento. É importante esclarecer, que o apoio técnico das parcerias, são bem vindos, mas ainda são de pequena expressividade se comparados com as necessidades do empreendimento e de seus cooperados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das concepções apresentadas neste estudo, pode-se concluir que a economia solidária é um movimento que surgiu em resposta ao estado de desigualdades sociais, precarização das relações de trabalho e desarticulação empregatícia (demarcada pelas diferenças no acesso entre homens e mulheres, limitações de acesso devido à capacitação técnica e escolaridade, etc.) causados pelo fenômeno da globalização econômica, na qual o capitalismo é o principal elemento estruturante e, por sinal, ditador das próprias relações do Estado, que diante do neoliberalismo econômico passa a concentrar cada vez mais suas ações em apoio à manutenção do capital, na medida em que se percebe que as questões sociais são posta de lado ou debatidas de forma muito superficial ou tímida pelas políticas públicas.

Não queremos aqui impor uma ideia negativa ao papel dos empreendimentos solidários, pois de fato eles são o que tem dado significado e garantido o resgate da cidadania a muitas populações vulneráveis economicamente em todo o país. Mas, como política de desenvolvimento e diante do grande número de desempregados, é nítido que sua força ainda está restrita a necessidade de investimentos externos, que a vontade política poderia resolver se houvesse de fato uma política pública de fomento a essas iniciativas de forma ativa e que pudesse atender as singularidades e particularidades dos municípios brasileiros. Tal aspecto pode ser confirmado na pesquisa realizada, já que a COOBAFS, localizada na Bahia, onde concentra-se um grande número de incubadoras solidárias e políticas de incentivo a nível estadual, encontra-se enfrentando as dificuldades de afirmação do negócio sem quaisquer apoio governamental e ainda vivendo um problema pior: o descaso.

Apesar das limitações do empreendimento, percebeu-se que este de forma razoável vem conseguindo manter a sobrevivência de seus cooperados, que em sua maioria são mulheres e que estudaram até o ensino fundamental (inconcluso), constituindo uma classe que diante dos ditames capitalistas não conseguiriam boas oportunidades de acesso a postos de trabalho com uma remuneração satisfatória.

Por outro lado, em relação à melhoria de qualidade de vida, percebeu-se que o empreendimento não conseguiu ainda modificar a condição de vulnerabilidade econômica das famílias envolvidas, já que ainda 54% recebem o bolsa família e recebem menos ou no

máximo um salário mínimo mensal, renda abaixo da renda média para os trabalhadores segundo enfatiza o IBGE (2015).

É importante destacar que mesmo diante das limitações de crescimento, a iniciativa vem contribuindo para que essas famílias consigam, em sua maioria, ir ao longo dos tempos, modificando suas condições econômicas, mesmo ainda não sendo a mais favorável, é perceptível que já possuem em suas moradias, bens duráveis e que favorecem a melhoria de qualidade de vida, fornecendo-lhe alguma integração ao acesso de uma melhoria na qualidade de vida, mesmo que ainda não tenham condições de ter um plano de saúde.

Não foi objetivo do estudo analisar aspectos relativos ao processo de gestão da iniciativa, mas apesar do baixo nível de escolaridade dos sócios, verifica-se que estes vêm buscando capacitação e inteirar-se de mecanismos que possam auxiliar o crescimento do negócio.

Os principais desafios observados em nossa opinião, concorrem para a necessidade de apoio externo, principalmente por parte do poder público., que poderia contribuir significativamente para o desenvolvimento de empreendimentos dessa natureza, a partir de políticas públicas de proteção econômica as atividades desenvolvimentos pelas cooperativas de trabalho, criando por exemplo, tabelas de preço para negociações com terceiros, bem como mecanismos que possibilitassem a estes maiores chances de competitividade junto as demais empresas.

Outro ponto que desfavorece a COOBAFS e outras cooperativas de catadores é o adiamento da construção de uma política nacional de resíduo sólidos, que pudesse regulamentar melhor essas atividades. No caso em questão percebe-se que a presença de um projeto ambiental, poderia constituir o viés necessário para a formalização e desenvolvimento das atividades da cooperativa que continua como um movimento de pequena representatividade, pelo número pequeno de associados e em face as próprias condições das instalações que não possui condições de atender a demanda do município.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Geraldino Carneiro de; et al. **Sustentabilidade Empresarial**: conceitos e indicadores. In: **Anais do III Convibra**, Congresso Virtual Brasileiro de Administração, de Rio de Janeiro, 24 a 26 de Novembro de 2006. Disponível em : http://www.convibra.com.br/2006/artigos/61_pdf.pdf. Acesso em : 10 jul. 2015.
- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito; SOUZA, Isabel Leite de.; FRAGOSO, Natacha de Melo. Economia Solidária como Alternativa ao Desemprego e à Exclusão Social. **Revista da ABET- Brazilian Journal of Labour Studies**, v.6, n. 2, p. 72-93, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15716/8963>>. Acesso em: 10 jul. 2015.
- BARROS, Vanessa Andrade; PINTO, João Batista Moreira Reciclagem: Trabalho e cidadania. In: KEMP, Valéria Heloisa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (org.). **Catadores na cena urbana**: Construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2008. p. 65-82.
- BARROS, Vanessa Andrade; SALES, Mara Marçal; NOGUEIRA, Maria Luíza Magalhães. Exclusão, favela e vergonha: uma interrogação ao trabalho. In: GOULART, I. (org.) **Psicologia Organizacional e do Trabalho**: Teoria, pesquisa e temas correlatos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 323-335.
- BENINE, Elcio Gustavo; FIGUEIREDO NETO, Leonardo Francisco. **Desemprego e Economia Solidária**: repensando a Autogestão. 2007. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/1412_Economia_Solidaria_Seget.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.
- BERTUCCI, Ademar Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves. **20 anos de Economia Popular Solidária**: trajetória das Caratidas Brasileira dos PACS às EPS. 1. ed. Brasília: Cáratidas Brasileira, 2003. Disponível em: <<http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2011/03/Livrofinal.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2015.
- BRASIL, ABNT -Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 10.004/2004**. Disponível em: <<http://www.aslaa.com.br/legislacoes/NBR%20n%2010004-2004.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2014.
- BRASIL, **Lei nº. 5674 de 16 de Dezembro de 1971**- Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm>. Acesso em 22 mai.2014.
- BRASIL. **Lei nº 12.305/10**. Política Nacional de Resíduos Sólidos. (2010). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/pol%C3%ADtica-de-res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos>> Acesso em: 17 jun. 2014.
- BRASIL. **Decreto n. 7.405**, de 23 de Dezembro de 2010. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de

Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm. Acesso em: 18 abr. 2015.

BRASIL. **Decreto n.22 239** de 18 de Dezembro de 1932. Reforma as disposições do decreto legislativo n. 1.637 de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às sociedades cooperativas. Disponível em: http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/arquivos/Decreto22239_1932.pdf. Acesso em 24 mai. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - SENAES. **A economia solidária**. (2015). Disponível em: http://www2.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp Acesso em: 17 abr. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - SENAES. **Os empreendimentos econômico solidários**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/os-empreendimentos-economicos-solidarios.htm>. Acesso em: 18 abr., 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. SIES. **Atlas Digital 2013**. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em: 18 abr., 2015.

BRASIL. MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA-SENAES. Decreto 5.063 de 08 de maio de 2004. Estabelece as competências da SENAES. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/atribuicoes-da-secretaria-nacional-de-economia-solidaria.htm>. Acesso em: 18 abr., 2015.

CASTEL, Roberto. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 5ªed. 2005.

CASTELLS, Manuel, A sociedade em rede. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CATTANI, Antônio David. (Org.) **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza**: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Tradução de Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

CONCEIÇÃO, Márcio Magera. **Os empresários do Lixo**: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo. Campinas, SP: Editora Átomo, 2005.

- CONCEIÇÃO, César Stallbaum. **Da revolução industrial à revolução da informação: uma análise evolucionária da industrialização na América Latina.** 2012. 209 f. Tese (Doutorado em Economia) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em : http://www.ufrgs.br/napead/repositorio/objetos/fases-da-publicidade/textos/empresarial_01.pdf. Acesso em : 10 jul. 2015.
- CULTI, Maria Nezilda. O Cooperativismo Popular No Brasil: Importância e Representatividade. **Trabalho apresentado no Terceiro Congresso Europeu de Latinoamericanistas**, em Amsterdam-Holanda, 3-6 de julho de 2002.
- DENIS, Henri. **História do Pensamento Econômico.** 8ª ed. Lisboa: Livros Horizontes, 2000.
- DELGADO, Maurício Godinho; PORTO, Lorena Vasconcelos. O estado de bemestar social no capitalismo contemporâneo. In: DELGADO, Maurício Godinho; PORTO, Lorena Vasconcelos (Org.). **O Estado de bem-estar social no Século XXI.** São Paulo: LTr, 2007.
- FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária.** Editora Unijuí. Ijuí, Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/963/Associativismo,%20cooperativismo%20e%20economia%20solid%C3%A1ria.pdf?sequence=1>> Acesso em: 17 jun. 2014.
- FREITAS, Lúcio Flávio da Silva; FONSECA, Igor Ferraz. **Catadores.** 2011. Disponível em: <http://www.cnrh.gov.br/projetos/pnrs/documentos/cadernos/04_CADDIAG_Catadores.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2014.
- FERNANDES, Eliane Leao. **Economia Solidária e Globalização: uma análise necessária.** 2011. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/economia-solidaria-e-globalizacao-uma-analise-necessaria/68778/>>. Acesso em: 11 jul. 2015.
- FURQUIM, Maria Cecília de Araújo. **A cooperativa como alternativa de trabalho.** São Paulo: LTR, 2001.
- GAIGER, Luís Inácio Germany. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Otra Economía**, São Leopoldo, v.2, n.3, p.58-72, 2008.
- GAIGER, Luis Inácio Germany. A economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção capitalista. Cayapa. **Revista Venezuelana de Economia Social.** Año 4, nº 8, Diciembre 2004.
- GAIGER, Luís Inácio Germany. I. G. A Economia Solidária Diante do Modo de Produção Capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 30, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

- GODOY, Tania Maria Pinto de. A Economia Solidária na Cidade Capitalista : conflitos e contradições da reprodução do capital no espaço urbano. In: **X Colóquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona, 26 a 30 de maio, 2008. Disponível em : <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/181.htm>. Acesso em 18 ago 2015.
- GOLDFARB, Yamila; GRIMBERG, Elisabeth; TUSZEL, Luiz. Estudo de caso sobre as cooperativas de coleta seletiva do Programa Coleta Seletiva Solidária da Cidade de São Paulo. São Paulo: 2005. In: FREITAS, Luís Flávio da Silva; FONSECA, Igor Ferraz. **Catadores**. 2011. Disponível em: <http://www.cnrh.gov.br/projetos/pnrs/documentos/cadernos/04_CADDIAG_Catadores.pdf> Acesso em 15 abr. 2015.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e Desnacionalização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- HEILBORN, Maria Luíza. Fazendo Gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In. COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1992, p. 93-126.
- HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Emprego- Maio de 2015: Trabalho e Rendimento: Ocupação**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Quadro_Sintetico/2015/pme_201505quadroSintetico.pdf> Acesso em: 10 jul. 2015.
- IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Emprego- Maio de 2015: Indicadores de Trabalho e Rendimento/ Mulher**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf> Acesso em: 10 jul., 2015.
- KAZTMAN, Ruben; FILGUEIRA, Carlos. **Marco Conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructura de oportunidades**. Santiago de Chile: CEPAL. Abr 1999, p. 7- 25.
- KAZTMAN, Ruben. **Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos**. Santiago de Chile: CEPAL, n. 75. Dec. 2001, p. 171-179.
- KEMP, Valéria Heloísa. Empreendimentos solidários: desafios para enfrentar a naturalização das desigualdades sociais. In: KEMP, Valéria Heloísa.; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (orgs.). **Catadores na cena urbana: Construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 23-48.
- KILKSBERG, Bernardo. **Repensando o Estado para o Desenvolvimento Social: superando dogmas e convencionismos**. São Paulo: Cortez, 2002.

LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LISBOA, Armando de Melo. Os desafios da economia popular solidária. **Revista Perspectiva Econômica** - v. 35, n. 111, julho/agosto 2000, p. 47-62 (Série Cooperativismo, n. 48) - UNISINOS. Disponível em: <www.ecosol.org.br/acervo.htm>. Acesso em: 19 set. 2015.

LOBO, Elisabeth Souza. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1992, p.252-265.

MAKISHI, Fausto; SILVA, Vivian Lara dos Santos. Cooperativas de Reciclagem de Resíduos Sólidos Como Veículo de Desenvolvimento Sustentável: O caso da COOPERIAL e a Reciclagem dos Resíduos do Coco Verde. In: **48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2009, Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/637.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Três Volumes. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MAUADA, Marcelo José Ladeira. **Cooperativas de Trabalho: sua relação com o Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1999.

MAUADA, Marcelo José Ladeira. As cooperativas de trabalho e sua relação com o direito do trabalho. **Revista do Advogado**, SP, n.º 60, p. 70-80, set. 2000.

MARIANO, Ana Paula; TAVARES, Felipe Pessoa. Análise das Condições de Vida dos Badameiros e Familiares Residentes no Lixão do Município de Itabuna-Bahia. **Revista Científica da UFPA**, v. 8, n.1, p. 1-12, 2005. Disponível em: <http://www2.ufpa.br/rcientifica/artigos_cientificos/ed_08/pdf/ana_paula.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.

MARTINS, Clítia Helena Backx. **Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva do empoderamento**. 2005. 274 p. Tese apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), 2005.

MATTEI, Lauro. A globalização econômica como fator de exclusão social **Revista Katálysis**, Santa Catarina, vol. 7, n. 1, p. 57-68, fev-jun/2004.

MORAIS, Edson Elias de et al . Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 105, p. 67-88, Mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jul., 2015.

MORAIS, Edson Elias de; LANZA, Fábio. Cooperativismo e Economia Solidária: capitalismo reformado ou alternativas socioeconômicas? In: **Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina** - Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI -Londrina, 14 a 17 de setembro de 2010. Disponível em:

- <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt6/1_edsonelias&fabiolanza.pdf>. Acesso em: 22 set., 2015.
- NEMOPUCENO, Glauco. Economia Solidária. **Anais dos Congressos de Iniciação Científica da Universidade Municipal de São Caetano do Sul-USCS**. Disponível em : <http://www.uscs.edu.br/simposio_congresso/congressoic/trabalhos.php?id=0336&area=Humanas>. Acesso em: 18 abr., 2015.
- OLIVEIRA, José Antônio Puppim. **Empresas na Sociedade: Sustentabilidade e Responsabilidade Social**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2008.
- OLIVEIRA, Renata de Souza; RACY, José Caio. **O negro na realidade socioeconômica brasileira: um estudo da participação do negro no mercado de trabalho**. 2012. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/3.4.12.pdf>> Acesso em: 17 jul., 2015.
- PADILHA, Sonia. A Globalização e suas controvérsias. **Jornal Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Ano 9, n. 285, São Bernardo do Campo, São Paulo, ago/set., 2006. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/jbcc/jbcc_mensal/jbcc285/jbcc_polemicas_5.htm> Acesso em: 10 jul. 2015.
- PAUGAM, S. (2003). **Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: EDUC e Cortez. (Originalmente publicado em 1991).
- PRADO, Luiz Carlos Delorme. **Globalização: notas sobre um conceito controverso**. 2001. Disponível em: <https://xa.yimg.com/kq/groups/24059305/.../01+texto+2009.1+AEG.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.
- PINHO, Diva Benevides. **O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- PINTO, João Roberto Lopes. **Economia Solidária: de volta à arte da associação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- PITAGUARI, S. Osório. **A economia solidária no Brasil: políticas públicas e desenvolvimento** 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) Universidade de Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Economia Regional, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/economia/arq/DISSERTACOES/SINIVAL%20-%20Economia%20Solidaria%20no%20Brasil%20-%20final.pdf>. Acesso em: 18 abr., 2015.
- PIZZIO, Alex; VERONESE, Marília Veríssimo. Possibilidades conceituais da sociologia das ausências em contextos de desqualificação social. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2008, vol. 11, n. 1, p. 51-67. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v11n1/a05v11n1.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

- PRAXEDES, Sandra Faé. Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. **Revista do IPEA -Mercado de Trabalho**, v.39, p. 57-62, mai. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ES3Sandra.pdf>. Acesso em: 17 jul., 2015.
- QUIJANO, Aníbal. "Sistemas alternativos de produção?", in Souza Santos (org.), **Produzir para viver**, São Paulo, Civilização Brasileira, 2002.
- QUINJANO, Aníbal. **La Economía Popular en América Latina**. Lima : CEIS-Mosca Azul, 1998.
- ROCHA, Luís Célio Souza; et al. Da Utopia Fourierista aos Princípios da Economia Solidária: Interfaces entre o Passado e o Presente. **HOLOS**, Ano 29, vol 2, p.96-114, 2013. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/982/663>>. Acesso em: 18 abr. 2015.
- ROSA, Renata Adriana. Diferença, desigualdade e as questões de raça e classe nas relações entre mulheres nas condições de “dona de casa” e “empregadas domésticas”. **Revista Pensar BH/Política Social**. Belo Horizonte, n 20, mar. 2008, p. 33-37. (Trimestral).
- RUSSO, Mário Augusto Tavares. **Tratamento de resíduos sólidos**. 2003. 193p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade de Coimbra. Faculdade de Ciência e Tecnologia, Departamento de Engenharia Civil, Coimbra. Disponível em: <<http://homepage.ufp.pt/madinis/RSol/Web/TARS.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2014.
- SALLES, Ricardo. **Plano de Negócios para cooperativas e associações**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.94p.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.678 p.
- SANTOS, Jaqueline Guimarães; et al. **A importância das Cooperativas de Reciclagem na Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos: um estudo em uma cooperativa de Campina Grande-PB**. XIV SemeAd, out 2011. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/14semead/resultado/trabalhosPDF/1118.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2014.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Livraria Cultura, 2000.
- SAUACEDO, Daniele; NICOLAZZI JÚNIOR, Norton Frehse. O trabalho na história, um longo processo de transformações. In: GEDIEL, José Antônio Peres (org). **Os caminhos do cooperativismo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.p. 57-79.
- SCHIOCHET, Valmor. Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: Breve trajetória e desafios. **Revista do IPEA- Mercado de Trabalho**, v. 40, p. 55-59, ago. 2009. Disponível em:

<http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ECONS_insti_tucionalizacao.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2015.

SINGER, Paul. **Cooperativas de Trabalho**. 2005. Disponível em: <http://www.trabalho.gov.br/ecosolidaria/prog_cooperativatrabalho2.pdf> Acesso em 19 mai. 2014.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul.; SOUZA, André R. (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Antônio Artur de. Os Desafios Enfrentados Pelos Empreendimentos Solidários: Um Estudo Na Região Metropolitana De Belo Horizonte. In: VIII Encontro de Estudos em Empreendimento e Gestão de Pequenas Empresas (ENGEP), **Anais...**Goiânia: ENGEP: 2014 Disponível em: <<http://www.egepe.org.br/anais/tema02/315.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

SILVA, Carlúcia Maria. **Experiências de economia popular solidária na Região Metropolitana de Belo Horizonte: observações, percepções e papéis de agentes mediadores e atores sociais** 2009. 189f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte: PUC-Minas, 2009.

SILVA, Roberto Marinho Alves. Políticas Públicas de Economia Solidária: avanços, desafios e perspectivas. **Diálogo**, Canoas n. 18, p. 53-76, jan-jun 2011. Disponível em: <<http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diologo/article/view/103/120>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

SORJ, Bila. O Feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1992, p.15-23.

STHAL, Reni Luiz; SCHNEIDER, José Odelso. As interfaces entre cooperativismo e economia solidária. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 49, N. 2, p. 197-206, mai/ago 2013. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2013.49.2.08/2591. Acesso em : 18 abr. 2015.

TAUILE, José Ricardo. **Do socialismo de mercado à economia solidária**. Seminário internacional Teorias de Desenvolvimento do Novo Século. Disponível em: <www.ecosol.org.br/acervo.htm>. Acesso em: 18 set., 2015.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da **Psicologia Social Crítica**. *Psicologia & Sociedade*; 17 (2): 58-69; mai/ago., 2005.

VIEIRA, Fabiano Mourão. **Coerência e Aderência da Economia Solidária**: Um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em mato grosso do sul. 2005. 165 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Economia), FEA/USP, São Paulo. 2005.

WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da ‘economia solidária’. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 11 n. 1 p. 105-115 jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/4761/4042>>. Acesso em: 28 ago., 2015.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante:

Sou estudante do curso de programa de Mestrado em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do (a) professor Dr. Júlio Manuel Pires, cujo objetivo é descrever o papel das cooperativas de trabalho na promoção da Economia Solidária.

Sua participação envolve apenas responder a um questionário, o qual possui perguntas abertas e fechadas e tem duração aproximada de 15 minutos.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisadora, e-mail: simoneravel@yahoo.com.br.

Atenciosamente

Simone Barbosa de Santana Silva
Matrícula: RA00127587

Feira de Santana: ____/____/2015

Prof. Dr. Júlio Manuel Pires

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Feira de Santana: ____/____/2015

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO

QUESTIONARIO I - ASSOCIADO/COOPERADO

NOME: (opcional) _____

I – Perfil sócio –demográfico

Sexo:

Masculino

Feminino

Faixa etária:

até 20 anos

de 20 a 40 anos

acima de 40 anos

Estado Civil:

Solteiro(a)

Casado(a)

Separado (a) / Divorciado (a)

Viúvo(a)

Vivo com companheira (o)

Em relação à cor da pele, você se considera:

Branco

Pardo

Negro

Pele amarelada (oriental)

Pele avermelhada (indígena)

Qual o seu grau máximo de escolaridade?

Ensino fundamental incompleto

Ensino fundamental completo

Ensino médio incompleto

Ensino médio completo

Ensino superior incompleto

Ensino superior completo

Nunca estudou.

Qual é a sua renda mensal?

Menos de 1 salário mínimo (até R\$ 785,00)

De um a dois salários mínimos (entre R\$ 785,00 e R\$ 1.400,00)

acima de dois salários mínimos (a partir de R\$ 1.500,00)

Quantas pessoas vivem dessa renda:

1 pessoa

2 pessoas

3 pessoas

4 pessoas

5 pessoas

6 pessoas

Mais de 6 pessoas

Recebem benefícios sociais do governo:

Não recebe

Bolsa família

Outro benefício

Não respondeu

A quanto tempo exerce a atividade:

Menos de 1 ano

De 1 a 3 anos

De 1 a 5 anos

Mais de 5 anos

Não respondeu

Materiais vendidos:

Papel

Papelão

PET

Alumínio

Vidro

Todos os materiais

Não respondeu

Onde coleta materiais?

Supermercados

Hospitais

Ruas

Escolas

Residências

Outras opções

Frequência da venda do material:

Diariamente

Semanalmente

Mensalmente

Não respondeu

Outra opção

Peso do material vendido por dia:

Até 20 kg

20 kg a 50 kg

50 a 100 kg

100 a 200 kg

Mais de 200 kg

A remuneração adquirida com a venda dos materiais é considerada por você suficiente para sustentar sua família?

É mais que o necessário

É o suficiente

É pouco para o sustento

Sofreu alguma violência no exercício da profissão?

Sim, violência verbal

Sim, violência física

Nunca sofreu violência

Geralmente trabalha quantas horas por dia?

- Até 5 horas por dia
- 6–8 horas por dia
- 8–10 horas por dia
- Mais de 10 horas por dia

Já sofreu algum preconceito enquanto coletava ou por ser conhecido o exercício da coleta?

- Sim, algumas vezes
- Sim, com frequência
- Nunca sofri preconceito

Você acaba tendo que envolver seus filhos ou outras crianças menores na coleta?

- Sim, mas as crianças continuam indo à escola
- Sim, por isso as crianças não vão à escola
- Não tenho crianças trabalhando comigo

Para você ser cooperado da COOBAFS tornou seu trabalho melhor?

- Sim, o trabalho fica mais lucrativo assim
- Não obtive benefícios

Falta apoio da comunidade e do poder público na coleta seletiva do lixo?

- Falta apoio, mas não faz tanta diferença
- Falta apoio, ele seria muito importante
- Tenho apoio na comunidade onde coleto

Acha que o preço pedido pelos materiais é justo?

- Sim
- Não

Nos últimos 5 anos houve evolução dos preços pagos pelos materiais coletados?

- Houve redução dos preços
- Os preços ficaram estáveis
- Houve aumento dos preços
- Não soube informar

No seu domicílio há (quantos?):

- Aparelho de Som? ____
- Televisão? ____
- DVD? ____
- Geladeira? ____
- Máquina de lavar roupa? ____
- Computador (tablet, laptop ou notebook)? ____
- Telefone fixo? ____
- Telefone celular? ____
- TV por assinatura? ____
- Automóvel? ____
- Motocicleta? ____

Dos bens citados na questão anterior, quais você adquiriu depois da COOBAFS?

Você e/ou sua família tem convênio com plano de saúde (médico ou odontológico)?

- Sim Não

ANEXO A

Formas de Empreendimentos Solidários no Brasil por Estado em 2013.

Local	Grupo Informal	Associação	Cooperativa	Sociedade mercantil	Nº EES
Acre	76	240	25	0	341
Alagoas	144	153	26	0	323
Amapá	123	176	28	1	328
Amazonas	215	135	23	5	378
Bahia	294	1.057	93	8	1.452
Ceará	213	1.196	39	1	1.449
Distrito Federal	120	105	17	4	246
Espírito Santo	112	416	42	2	572
Goiás	59	669	110	5	843
Maranhão	63	746	24	5	838
Mato Grosso	173	425	38	2	638
Mato Grosso do Sul	172	108	10	4	294
Minas Gerais	607	505	63	13	1.188
Pará	248	955	153	2	1.358

Local	Grupo Informal	Associação	Cooperativa	Sociedade mercantil	Nº EES
Paraíba	191	202	23	0	416
Paraná	331	361	137	3	832
Pernambuco	308	1.122	67	6	1.503
Piauí	280	483	35	2	800
Rio de Janeiro	206	75	18	2	301
Rio Grande do Norte	158	946	48	6	1.158
Rio Grande do Sul	880	508	280	28	1.696
Rondônia	3	218	17	0	238
Roraima	15	51	14	0	80
Santa Catarina	239	325	189	11	764
São Paulo	642	313	195	17	1.167
Sergipe	24	64	13	0	101
Tocantins	122	269	13	0	4
Total	6018	11.823	1.740	127	19.708

Fonte: BRASIL. MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. SIES - SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Atlas Digital 2013**. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em: 18 abr. 2015.